



RESULTADO

4T22 e 2022

Rio de Janeiro, 15 de março de 2023

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa” ou “Companhia”; B3: TAEE3, TAEE4, TAEE11), um dos maiores grupos concessionários de transmissão de energia elétrica do país, anuncia hoje seus resultados do quarto trimestre e ano de 2022.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), definidas neste documento como Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente. A apresentação dessas informações está condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras.

No Resultado Regulatório a seguir apresentado, preparado com base na estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, emitido pela ANEEL, todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão e subestações são registrados como ativo imobilizado e os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 (IFRS 15) são eliminados, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação dessa interpretação.

É importante mencionar que o Resultado Regulatório é auditado anualmente na entrega das demonstrações contábeis regulatórias à ANEEL. Portanto, o prazo para conclusão da auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCRs) se encerra em 30 de abril de cada exercício, ou seja, assuntos relacionados especificamente à contabilidade regulatória divulgados anteriormente a conclusão das DCRs são passíveis de alterações.

Para facilitar o entendimento das informações apresentadas neste documento, os termos associados às palavras Regulatório(a) e IFRS seguem os mesmos princípios e estrutura definidos acima para o Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente.

Em linha com as normas contábeis, a Taesa não consolida proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas. Dessa forma, os resultados da ETAU, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí e do grupo TBE são contabilizados na linha de equivalência patrimonial tanto no Resultado IFRS quanto no Regulatório.

A gestão operacional das concessões Transirapé, Transudeste e Transleste (em conjunto, “Transmineiras”) passou a ser realizada pelo grupo TBE. A partir do segundo trimestre de 2022 os resultados das Transmineiras foram incorporados ao resultado da TBE. Para fins de comparação, os respectivos trimestres do ano anterior também sofrerão este ajuste proforma.

A declaração de dividendos da Taesa é feita com base no Resultado IFRS revisado pelo auditor.

Videoconferência de Resultados

Webcast em Português e Inglês: [Clique aqui](#)

16 de março de 2023
quinta-feira
Brasília 11h00
Nova York 10h00

| | |
|------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------|
| André Augusto Telles Moreira | Diretor Presidente e DRI |
| Leonardo Bonorino Gonçalves | CFO (interino) |
| Cristiano Prado Grangeiro | Gerente Executivo de RI |
| Contato RI | investor.relations@taesa.com.br |
| Telefone | +55 21 2212 6060 |

ÍNDICE

| | |
|---------------------------------------------------------------------|----|
| 1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO | 5 |
| 2. RESUMO DO RESULTADO | 9 |
| 3. VISÃO GERAL | 11 |
| 3.1. Estrutura Societária | 11 |
| 3.2. Estrutura Societária TBE | 14 |
| 3.3. Estrutura Societária AIE | 14 |
| 4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO | 15 |
| 4.1. Desempenho Operacional | 15 |
| 4.2. Ciclo da RAP 2022-2023 | 17 |
| 4.3. Queda de 50% da RAP | 18 |
| 4.4. Impacto da Mudança Contábil (CPC 47) | 20 |
| 4.5. Receita Líquida IFRS..... | 22 |
| 4.6. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização IFRS | 24 |
| 4.7. EBITDA e Margem EBITDA IFRS..... | 25 |
| 4.8. Receita Líquida Regulatória..... | 26 |
| 4.9. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização Regulatórios | 27 |
| 4.10. EBITDA e Margem EBITDA Regulatório..... | 28 |
| 4.11. Composição do EBITDA Regulatório..... | 28 |
| 4.12. Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS..... | 29 |
| 4.13. Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória..... | 29 |
| 4.14. Resultado Financeiro Líquido | 30 |
| 4.15. Impostos..... | 31 |
| 4.16. Lucro Líquido | 34 |
| 4.17. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio..... | 36 |
| 4.18. Endividamento | 37 |
| 4.19. Investimentos | 39 |
| 4.20. Projetos em Construção | 39 |
| 4.21. Iniciativas Ambiental, Social e de Governança (ASG) | 43 |
| 4.22. Iniciativas para Mitigar os Impactos da COVID-19..... | 45 |
| 5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 46 |
| 5.1. Receita IFRS por Concessão | 46 |
| 5.2. Movimentação do Ativo Contratual (IFRS)..... | 47 |
| 5.3. DRE 4T22..... | 48 |
| 5.4. DRE 2022..... | 49 |
| 5.5. DRE IFRS 4T22 (Subsidiárias) | 50 |
| 5.6. DRE IFRS 2022 (Subsidiárias) | 51 |
| 5.7. DRE Regulatório 4T22 (Subsidiárias) | 52 |
| 5.8. DRE Regulatório 2022 (Subsidiárias) | 53 |
| 5.9. Reconciliação do EBITDA..... | 54 |
| 5.10. Balanço Patrimonial..... | 55 |
| 5.11. Fluxo de Caixa IFRS..... | 56 |
| 5.12. Fluxo de Caixa Regulatório..... | 57 |

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

2022: ANO DA MAIOR GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL DA HISTÓRIA

Este ano de 2022 representou um importante marco para a Taesa. A Companhia atingiu no ano que passou um EBITDA regulatório, na visão de consolidação proporcional, de R\$ 2,5 bilhões – o maior volume já registrado pela Taesa em sua história – com uma margem EBITDA de quase 86%. Este sólido desempenho é consequência do sucesso na execução do seu planejamento estratégico baseado nos pilares de crescimento sustentável, competitividade, gestão regulatória, sustentabilidade e governança. Com isso o lucro líquido regulatório mais que dobrou na comparação anual, atingindo em 2022 a marca de R\$ 1,0 bilhão.

A Companhia apresentou uma receita operacional líquida regulatória consolidada de R\$ 2,2 bilhões no ano, 21,3% maior que a registrada em 2021. O EBITDA regulatório consolidado totalizou R\$ 1,9 bilhão em 2022, apresentando um crescimento de 24,2% contra 2021. Assim, a margem EBITDA ficou em 84,5% no acumulado do ano, 2,0 pontos percentuais maior que o ano anterior.

Um dos grandes impulsionadores deste resultado foi a entrada em operação em 2022 dos projetos Sant'Ana (55% entregue), ESTE, Aimorés, Paraguaçu e Ivaí (90% entregue), e ainda o impacto de Janaúba que, apesar de ter sido entregue de forma antecipada em 2021, afetou positivamente a comparação entre 2022 e 2021. A RAP de todos estes projetos soma mais de R\$ 680 milhões, considerando a participação proporcional da Taesa nessas concessões no ciclo RAP 2022-2023, com adição do PIS/COFINS.

No resultado em IFRS, a Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 1,5 bilhão no ano, uma redução de 34,5% na comparação com 2021, explicada principalmente pelo menor IGP-M e IPCA registrado entre os períodos comparados, afetando negativamente a receita de correção monetária, e pela redução da margem de implementação de infraestrutura, principalmente em função da entrada em operação dos diversos empreendimentos que estavam em construção.

A Taesa encerrou o ano com um caixa de R\$ 1,5 bilhão e uma dívida líquida de R\$ 9,1 bilhões – considerando a participação da Companhia nas empresas controladas em conjunto e coligadas –, com um índice de 3,7x na relação dívida líquida sobre EBITDA, uma importante melhora quando comparado ao nível de 4,2x reportado doze meses antes.

Do ponto de vista operacional, a Companhia atingiu 99,95% de índice de disponibilidade das linhas em 2022, destacando sua consistência na excelência operacional e gestão de suas linhas de transmissão. Já a parcela variável contábil totalizou R\$ 60,2 milhões no acumulado do ano, influenciada por eventos ocorridos em outros anos e que estão sendo discutidos em processos administrativos e judiciais por serem considerados externos e alheios à Taesa.

Nos últimos três leilões de transmissão realizados pela ANEEL, a Taesa foi uma das grandes vencedoras e arrematou quatro lotes que juntos somam quase R\$ 450 milhões de RAP. Ananai refere-se ao maior lote do leilão 02/2021, situado entre São Paulo e Paraná, com R\$ 1,75 bilhão de investimentos e uma RAP de R\$ 160 milhões; e Pitiguari é o lote 10 arrematado no leilão 01/2022, situado em Santa Catarina, com uma RAP de quase R\$ 20 MM e investimentos de R\$ 243 milhões. Os lotes arrematados no último leilão 02/2022 do final do ano chamam-se Tangará (lote 3) e Saíra (lote 5) e juntos somam R\$ 2,3 bilhões em investimentos e uma RAP total de R\$ 261 milhões. A assinatura do contrato destas concessões está prevista para 30 de março de 2023. Adicionalmente, a ANEEL autorizou em outubro de 2022 a

implantação de reforços de grande porte na concessão Novatrans, compreendendo um investimento de cerca de R\$ 263 milhões e uma RAP de R\$ 45 milhões após sua energização, com prazo regulatório de 30 meses para conclusão da obra.

O ano de 2022 foi afetado também pela entrada no novo ciclo da Receita Anual Permitida (RAP) 2022-2023 que se iniciou em 1º de julho. As concessões ajustadas pelo IGP-M (Categoria II) sofreram um reajuste inflacionário de 10,72% e as concessões ajustadas pelo IPCA (Categoria III) sofreram um reajuste inflacionário de 11,73%. Assim, a RAP das 43 concessionárias do grupo Taesa no novo ciclo 2022-2023 totalizou R\$ 4,1 bilhões, mais de 15% acima da RAP total do ciclo anterior, já contemplando a redução de 50% da RAP das concessões de categoria II que sofrem esse efeito no novo ciclo.

Em termos de pagamento de proventos, a Taesa manteve um adequado nível de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio, totalizando o montante de quase R\$ 1,7 bilhão em 2022, o equivalente a R\$ 4,85 por Unit e 7,8% maior que o montante pago em 2021. Com isso, o dividend yield da TAEE11 ficou em 14,0% no fechamento de 2022.

A Taesa manteve foco total na agenda de Sustentabilidade, uma vez que este tema está conectado a sua missão, visão e todos os seus valores, sendo também um pilar fundamental do seu Planejamento Estratégico da Companhia. Na frente de Gente, a Taesa foi certificada pelo selo Great Place to Work em seu 4º ano consecutivo, estando entre as Melhores Empresas para Trabalhar no Rio de Janeiro e em 1º lugar no Destaque GPTW Energia pelo 2º ano consecutivo. Além disso, a Companhia recebeu a certificação FIA Employee Experience de Clima Organizacional 2022 que há mais de 30 anos analisa o ambiente de trabalho das organizações brasileiras, com uma metodologia que avalia diversos temas como carreira, comunicação interna, educação corporativa, ESG, liderança, qualidade de vida, reconhecimento e recompensa e relações interpessoais.

Na frente de segurança, a Taesa atuou em diversas ações, entre elas a inclusão de requisitos objetivos de segurança no processo de contratação de EPCistas, e a compra e utilização de câmeras de segurança no exercício das atividades das equipes de campo a fim de garantir o cumprimento às normas de segurança e conseqüentemente a proteção e segurança dos técnicos. Foram realizadas também uma série de fóruns aos colaboradores visando principalmente a conscientização de todos sobre segurança e saúde. Como resultado de todos os esforços, a taxa de frequência de acidentes reduziu significativamente entre 2021 e 2022 em todas as concessões em que a Companhia tem participação.

Uma outra frente de sustentabilidade importante a destacar foi a aprovação do plano de ação da Matriz de Materialidade. Após avaliação da matriz junto aos stakeholders, seis tópicos materiais foram priorizados para serem trabalhados de agora em diante: Ética, transparência e integridade; Mitigação e adaptação às mudanças climáticas; Meio ambiente e biodiversidade; Relacionamento com comunidades locais; Gestão, desenvolvimento de pessoas, diversidade e inclusão; e Saúde, segurança e qualidade de vida. A fim de criar um vínculo com a agenda global, conectamos estes tópicos materiais com alguns Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Energia Limpa e Acessível (ODS 7), Trabalho Decente e Crescimento Econômico (ODS 8), Ação Contra a Mudança Global do Clima (ODS 13), Vida Terrestre (ODS 15), e Paz, Justiça e Instituições Eficazes (ODS 16).

Em 2022, a partir de um trabalho colaborativo e integrado com todos os colaboradores, a Companhia definiu sua Missão, Visão e Valores, aderentes ao nosso planejamento estratégico e conectados com a Política do Sistema de Gestão Integrado Taesa. Esta política tem por objetivo disseminar a cultura de segurança para evitar acidentes, minimizar os impactos ambientais decorrentes de nossas atividades, manter níveis adequados de confiabilidade e de disponibilidade dos ativos de transmissão, ser cada vez

mais eficiente, aumentar a rentabilidade dos nossos ativos, e implantar, certificar e manter o sistema de gestão integrado da Companhia.

Na frente de diversidade e inclusão, foram definidas metas de diversidade no processo admissional e promoção de debates e fóruns de conscientização entre os colaboradores. As mulheres representam atualmente mais de 20% do quadro e da liderança da Taesa, um número importante visto que o setor elétrico hoje é composto majoritariamente por homens. A Taesa tem oferecido cursos para formação de eletricistas mulheres, onde mais de 120 mulheres já participaram, inclusive algumas delas foram contratadas pela Companhia. Além disso, houve um aumento de 11% de colaboradores negros no quadro, que hoje representam 45% da empresa.

A Taesa se manteve pelo segundo ano consecutivo nos índices de Sustentabilidade da B3, ICO2 e IGPTW, o que confirma o reconhecimento pelo mercado sobre o empenho da Companhia diante das relevantes pautas sobre mudanças climáticas e clima organizacional. Por fim, destacamos a emissão de mais uma debênture verde de infraestrutura em 2022 – a 12ª emissão de debêntures da Taesa no montante de R\$ 1,25 bilhão – que foi a maior emissão ICVM 400 “verde” no ano que passou e contou com a participação maciça de investidores pessoa física (mais de 17.500 CPFs) e um custo muito competitivo – menor prêmio acima dos títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) nos últimos 2 anos no setor elétrico.

Diante das grandes realizações e importantes conquistas do ano que passou, a TAESA reforça seu posicionamento estratégico como uma das maiores empresas de transmissão de energia elétrica do País e seu foco nos pilares estratégicos de crescimento sustentável, geração de valor, disciplina financeira e eficiência operacional, ratificando o compromisso de transmitir energia com confiabilidade, transparência e segurança para toda a sociedade e respeitando o meio ambiente e todos os stakeholders.



MISSÃO

Conectamos o Brasil com energia segura e confiável.



VISÃO

Ser a transmissora de energia elétrica de maior Valor para a sociedade.



VALORES

Cuidamos genuinamente das **pessoas**.

Agimos com **integridade** construindo relações de **confiança**.

Buscamos a **excelência** em tudo o que fazemos.

A TAESA **somos nós!**

2. RESUMO DO RESULTADO

| Consolidado | | | | | | |
|------------------------|---------|---------|--------|---------|---------|--------|
| R\$ MM | 4T22 | 4T21 | Var.% | 2022 | 2021 | Var.% |
| Receita Líquida IFRS | 509,4 | 717,0 | -29,0% | 2.616,5 | 3.472,1 | -24,6% |
| Lucro Líquido IFRS | 22,8 | 423,1 | -94,6% | 1.449,2 | 2.213,7 | -34,5% |
| Receita Líquida Reg. | 558,1 | 550,9 | 1,3% | 2.228,2 | 1.837,1 | 21,3% |
| EBITDA Reg. | 464,7 | 447,0 | 4,0% | 1.882,1 | 1.515,8 | 24,2% |
| Margem EBITDA Reg. | 83,3% | 81,1% | 2,1 pp | 84,5% | 82,5% | 2,0 pp |
| Dívida Líquida | 7.101,5 | 5.205,7 | 36,4% | 7.101,5 | 5.205,7 | 36,4% |
| Dividendos e JCP Pagos | 365,4 | 523,0 | -30,1% | 1.672,4 | 1.551,5 | 7,8% |

| Consolidado e Participações | | | | | | |
|-----------------------------|---------|---------|--------|---------|---------|--------|
| R\$ MM | 4T22 | 4T21 | Var.% | 2022 | 2021 | Var.% |
| Receita Líquida IFRS | 593,8 | 1.109,7 | -46,5% | 3.898,8 | 5.324,6 | -26,8% |
| Lucro Líquido IFRS | 22,8 | 423,1 | -94,6% | 1.449,2 | 2.213,7 | -34,5% |
| Receita Líquida Reg. | 762,3 | 679,0 | 12,3% | 2.899,4 | 2.307,4 | 25,7% |
| EBITDA Reg. | 647,0 | 556,4 | 16,3% | 2.487,3 | 1.927,9 | 29,0% |
| Margem EBITDA Reg. | 84,9% | 82,0% | 2,9 pp | 85,8% | 83,6% | 2,2 pp |
| Dívida Líquida | 9.084,4 | 8.025,4 | 13,2% | 9.084,4 | 8.025,4 | 13,2% |
| Dívida Líquida/EBITDA | 3,65 | 4,16 | -50,9% | 3,65 | 4,16 | -50,9% |

RESULTADO IFRS

- Lucro líquido somou R\$ 22,8 MM no 4T22 e R\$ 1.449,2 MM em 2022, registrando uma queda de 94,6% e 34,5% quando comparado aos respectivos períodos do ano anterior, devido principalmente a:
 - (i) Menores índices macroeconômicos registrados entre os períodos comparados (IGP-M: -2,46% 4T22 versus +0,02% 4T21 e +5,90% 2022 versus +17,90% 2021; IPCA: +0,71% 4T22 versus +3,40% no 4T21 e +5,90% 2022 versus +10,74% 2021), com reflexo direto na receita de correção monetária do ativo contratual de todas as concessões da Companhia.
 - (ii) Redução na margem de implementação de infraestrutura em função da entrada em operação de Janaúba, Sant'Ana (parcial), ESTE, Aimorés, Paraguaçu e Ivaí (parcial). Estes efeitos foram compensados em parte pelos investimentos iniciais em Ananái.
 - (iii) Os efeitos mencionados acima que afetaram as participações da TAESA foram responsáveis pela redução de 93,2% entre 4T22 e 4T21, e de 27,7% entre 2022 e 2021, na linha de equivalência patrimonial.
 - (iv) Estes efeitos foram compensados por:
 - a. Aumento de 11,0% e 29,8%, respectivamente, na receita de remuneração do ativo contratual como resultado principalmente da entrada em operação de Janaúba, Sant'Ana (parcial), ESTE, Aimorés, Paraguaçu e Ivaí (parcial), além do impacto da correção monetária no saldo do ativo contratual nos últimos doze meses.
 - b. Aumento de 9,3% e 22,1%, respectivamente, na receita de Operação e Manutenção explicado pelo reajuste inflacionário do ciclo da RAP (2022-2023) e pela entrada em operação dos empreendimentos acima mencionados.

- c. Melhora de 27,1% e 9,0%, respectivamente, no resultado financeiro decorrente da queda do índice de inflação IPCA e aumento no volume de caixa aplicado, compensado em parte pelo aumento do CDI e do volume médio da dívida.
- Na data de hoje, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a proposta de destinação do lucro do exercício de 2022, que será submetida para aprovação da Assembleia de Acionistas, da seguinte forma: (i) -R\$ 3,2 MM para reserva de incentivos fiscais; (ii) R\$ 207,6 MM para reserva especial referente à adoção do CPC 47; (iii) R\$ 758,7 MM (R\$ 2,20 / Unit) em proventos pagos ao longo de 2022, sendo R\$ 354,0 MM (R\$ 1,03 / Unit) em dividendos intercalares e R\$ 404,8 MM (R\$ 1,17 / Unit) em Juros sobre Capital Próprio (JCP); (iv) R\$ 460,0 MM (R\$ 1,34 / Unit) em dividendos adicionais pagos em 2023; e (v) R\$ 26,0 MM (R\$ 0,08 / Unit) a serem distribuídos a título de dividendos mínimos obrigatórios remanescentes. Vale lembrar que a Companhia pagou ainda em 2022 R\$ 113,4 MM (R\$ 0,33 / Unit) a título de dividendos intermediários referentes à reserva especial de dividendos não distribuídos.

RESULTADO REGULATÓRIO

- Lucro líquido regulatório, que reflete a geração de caixa da Companhia, registrou um aumento significativo de 266,7% entre 4T22 e 4T21 e de 102,7% entre 2022 e 2021, totalizando R\$ 386,7 MM no 4T22 e R\$ 1.048,3 MM em 2022, como resultado principalmente da entrada em operação de diversos empreendimentos no ano passado.
- A receita líquida totalizou R\$ 558,1 MM no 4T22 e R\$ 2.228,2 MM em 2022, registrando um crescimento de 1,3% e 21,3% em relação aos respectivos períodos de 2021, explicado pela entrada em operação de Janaúba e parcial de Sant'Ana e pelo reajuste inflacionário do ciclo da RAP 2022-2023.
- O EBITDA totalizou R\$ 464,7 MM no 4T22 e R\$ 1.882,1 MM em 2022, apresentando um aumento anual de 4,0% e 24,2%, respectivamente. A margem EBITDA ficou em 83,3% no trimestre (+2,1pp contra 4T21) e 84,5% no ano (+2,0pp contra 2021).
- Crescimento de quase 199,4% e de 70,9%, respectivamente, na equivalência patrimonial, explicado pela entrada em operação de ESTE, Aimorés, Paraguaçu e Ivaí (parcial), pelo reajuste inflacionário do ciclo da RAP 2022-2023, e menores despesas financeiras em Ivaí em função do menor IPCA.
- Redução de 26,9% e 8,5%, respectivamente, nas despesas financeiras líquidas, decorrente da queda do índice de inflação IPCA e aumento no volume de caixa aplicado, compensado em parte pelo aumento do CDI e do volume médio da dívida.
- Em 31 de dezembro de 2022, a dívida bruta da Companhia encerrou em R\$ 8.195,0 MM, uma redução de 3,6% contra o 3T22. O caixa da Companhia ficou em R\$ 1.093,5 MM (redução de 30,5% versus 3T22), resultando em uma dívida líquida de R\$ 7.101,5 MM (aumento de 2,5% no trimestre).
- A relação da dívida líquida / EBITDA da Taesa, consolidando proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas, ficou em 3,65x, abaixo do 3,71x registrado no 3T22.
- Índice de disponibilidade foi de 99,95% e uma Parcela Variável (PV) contábil de R\$ 60,2 MM, equivalente a 2,39% da RAP, em 2022.

3. VISÃO GERAL

3.1. Estrutura Societária

As 43 concessões/participações de transmissão detidas pela Taesa estão segregadas em: (i) 10 concessões que compõem a empresa holding (TSN, Novatrans, ETEO, GTESA, PATESA, Munirah, NTE, STE, ATE e ATE II); (ii) 14 investidas integrais (ATE III, Brasnorte, São Gotardo, Mariana, Miracema, Janaúba, Sant'Ana, São João, São Pedro, Lagoa Nova, Ananaí, Pitiguari, Tangará e Saíra); e (iii) 19 participações (ETAU, AIE e TBE).

A gestão operacional das concessões Transirapé, Transudeste e Transleste (em conjunto, "Transmineiras") passou a ser realizada pelo grupo TBE. A partir do segundo trimestre de 2022, os resultados das Transmineiras serão incorporados ao resultado da TBE. Para fins de comparação, os respectivos trimestres do ano anterior também sofrerão este ajuste proforma.

Há 7 empreendimentos de grande porte (Sant'Ana, Ivaí, Ananaí, Pitiguari Tangará, Saíra e reforços da Novatrans) que estão em fase não operacional.

Em 16 de dezembro de 2022, a Taesa sagrou-se vencedora na disputa pelos lotes 3 e 5 do Leilão de Transmissão ANEEL 002/2022. O lote 3 será chamado de Tangará Transmissora de Energia S.A. ("Tangará"), e fica situado no Maranhão e no Pará, com extensão de 279 km, sendo 72 km de circuito duplo, e tem um investimento previsto de R\$ 1.117 MM (Capex ANEEL). Tangará terá um prazo regulatório de 60 meses para conclusão e acrescentará para a Companhia uma RAP de R\$ 100,7 MM a partir da sua entrada em operação. Já o lote 5 será chamado de Saíra Transmissora de Energia S.A. ("Saíra"), situado entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina e com extensão já construída de 743 km. Saíra tem investimento previsto de R\$ 1.176 MM (Capex ANEEL), que inclui uma indenização a ser paga à atual concessionária o que garantirá o recebimento de 72,24% da sua RAP total a partir de do dia seguinte à assinatura do contrato de concessão. O prazo regulatório para conclusão da obra é de 60 meses e acrescentará para a Companhia o remanescente 27,76% da RAP total, que é de R\$ 167,7 MM, a partir da sua entrada em operação. Os empreendimentos dos lotes 3 e 5 serão assumidos formalmente pela Companhia em 30 de março de 2023, quando o contrato de concessão for assinado.

Em 7 de dezembro de 2022, o empreendimento de Sant'Ana obteve o termo de liberação da ONS para as instalações LT Livramento - Maçambará 3, SE Maçambará 3 e Seccionamento Maçambará - Santo Ângelo em Maçambará 3 C1, passando a adicionar para a Companhia uma RAP de 32% da RAP total do empreendimento, retroativo a 30 de novembro de 2022. A partir desta data, o empreendimento de Sant'Ana passou a receber aproximadamente 55% da sua RAP total, já contando com a energização parcial ocorrida em abril de 2022. Sant'Ana é um empreendimento do lote 12, do leilão de transmissão nº 004/2018, realizado em dezembro de 2018, 100% controlada pela Taesa. Sant'Ana apresenta uma RAP total de R\$ 77,8 MM para o ciclo 2022-2023. O empreendimento está localizado no Estado do Rio Grande do Sul, com extensão aproximadamente de 591 km de linhas de transmissão e o prazo estipulado pela ANEEL para sua energização é março de 2023.

Em 10 de novembro de 2022, o empreendimento de Ivaí obteve o termo de liberação pela ONS do corredor de 525kV dos trechos LT Foz do Iguaçu-Guaíra, LT Guaíra-Sarandi e LT Sarandi-Londrina, com extensão de aproximadamente 511 km em circuito duplo, passando a adicionar aproximadamente 72% da RAP total do projeto para a Companhia, retroativo a 1º de novembro de 2022. Adicionalmente, em dezembro, mais uma parte do empreendimento foi entregue, chegando à liberação de cerca de 90% da RAP total do projeto para a Companhia. Ivaí é um empreendimento referente ao lote 1, do leilão de transmissão nº 005/2016, realizado em abril de 2017, em que a Taesa participa em sociedade, na proporção igualitária de 50%. A concessão possui uma RAP total de R\$ 398,5 MM para o ciclo 2022-2023 e está localizada no Paraná, com extensão de 593 km de linha em circuito duplo, com tensões de 230 kV e 525 kV, interligando a 5 subestações.

Em 4 e 25 de outubro de 2022, sob as Resoluções Autoritativas ANEEL (REA) nº 12.850/2022 e 12.823/2022, a Taesa obteve autorização para implantar reforços nas instalações de Novatrans. Novatrans entrou em operação em junho de 2003 e atualmente interliga as regiões Norte e Sudeste, com aproximadamente 1.278 km de 500kV de

linhas de transmissão e 6 subestações passando pelos estados do Maranhão, Tocantins e Goiás. As REAs acima autorizam a substituição de 3 Bancos de Capacitores Séries nas subestações de SE Imperatriz, SE Colinas e na saída de linha LT 500kV Colinas-Imperatriz C2. Com um investimento previsto de R\$ 262,6 MM (Capex ANEEL), os projetos terão um prazo regulatório de 30 meses para conclusão e acrescentarão para a Companhia uma RAP de R\$ 45,0 MM (ciclo 2022-2023) a partir da sua energização.

Em 27 de julho de 2022, o empreendimento de Paraguaçu obteve o termo de liberação pela ONS, o qual autoriza o recebimento de R\$ 78,6 MM de RAP para a Companhia de acordo com o ciclo RAP 2022-2023. Paraguaçu é um empreendimento referente ao lote 3, do leilão de transmissão nº 013/2015 (parte 2), realizado em outubro de 2016, em que a Taesa participa em sociedade, na proporção igualitária de 50%. A concessão possui uma RAP total de R\$ 157,3 MM para o ciclo 2022-2023 e está localizada nos estados de Minas Gerais e Bahia, com extensão de 338 km de linha com tensão de 500 kV, interligando a subestação Poções III à subestação Padre Paraíso 2.

Em 30 de junho de 2022, a Taesa sagrou-se vencedora na disputa pelo lote 10 do Leilão de Transmissão ANEEL 01/2022, situado em Santa Catarina, com extensão de 92,7 km, sendo 66,7 km de circuito duplo e um investimento previsto de R\$ 243,2 MM (Capex ANEEL). O novo empreendimento, chamado de Pitiguari Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Pitiguari"), terá um prazo regulatório de 54 meses para conclusão e acrescentará para a Companhia uma RAP de R\$ 19,5 MM a partir da sua entrada em operação. O empreendimento foi assumido formalmente pela Companhia em 30 de setembro de 2022, quando o contrato de concessão foi assinado.

Em 6 de maio de 2022, o empreendimento de Aimorés entrou em operação comercial, passando a adicionar o valor de R\$ 52,7 MM de RAP para a Companhia de acordo com o ciclo RAP 2022-2023. Aimorés é um empreendimento referente ao lote 4, do leilão de transmissão nº 013/2015 (parte 2), realizado em outubro de 2016, em que a Taesa participa em sociedade, na proporção igualitária de 50%. A concessão possui uma RAP total de R\$ 105,4 MM para o ciclo 2022-2023 e está localizada no estado de Minas Gerais, com extensão de 208 km de linha com tensão de 500 kV, interligando a subestação Padre Paraíso 2 à subestação Governador Valadares 6.

Em 1º de abril de 2022, o empreendimento de Sant'Ana obteve os termos de liberação para as linhas de transmissão LT Livramento 3 – Alegrete 2 (C1) e LT Livramento 3 – Cerro Chato (C1), ambas com tensão de 230 kV, e para parte da subestação SE 230 kV Livramento 3. Com isso, as instalações entraram em operação comercial com uma antecipação de quase 12 meses em relação ao prazo ANEEL, passando a adicionar para a Companhia uma RAP de mais de 23% da RAP total do empreendimento, retroativa a 28 de março de 2022.

Em 18 de fevereiro de 2022, o empreendimento de ESTE obteve o termo de liberação pela ONS, o qual autoriza o recebimento de receita a partir de 9 de fevereiro de 2022, passando a adicionar para a Taesa uma RAP de R\$ 74,5 MM (ciclo 2022-2023). ESTE é um empreendimento do lote 22, do leilão de transmissão nº 013/2015 (parte 2), realizado em outubro de 2016, 100% controlada pela subsidiária EATE, na qual a Taesa possui de 49,98% do capital social total. A ESTE possui uma RAP total de R\$ 149,0 MM para o ciclo 2022-2023 e está localizada entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, compreendendo a linha de transmissão LT 500 kV Mesquita - João Neiva 2, de cerca de 236 km de extensão, e a subestação SE 500/345 kV João Neiva 2.

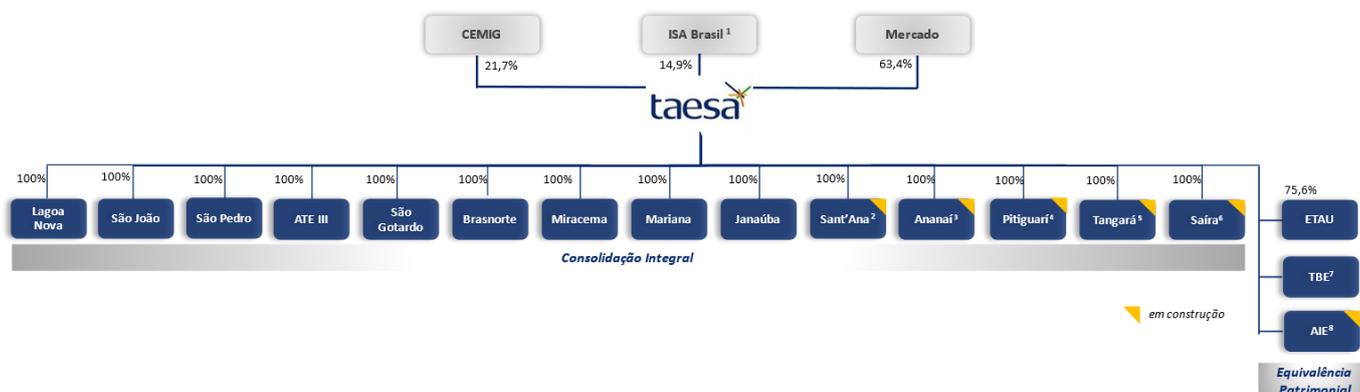
Em 17 de dezembro de 2021, a Taesa sagrou-se vencedora na disputa pelo lote 1, o maior lote do Leilão de Transmissão ANEEL 02/2021, situado entre os Estados de São Paulo e Paraná, com extensão de 363 km em circuito duplo e um investimento previsto de R\$ 1,75 bilhão (Capex ANEEL). O novo empreendimento, chamado de Ananaí Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Ananaí"), terá um prazo regulatório de 60 meses para conclusão e acrescentará para a Companhia uma RAP de R\$ 159,9 MM (ciclo 2022-2023) a partir da sua entrada em operação. O empreendimento foi assumido formalmente pela Companhia em 31 de março de 2022, quando o contrato de concessão foi assinado.

Em 1º de setembro de 2021, o empreendimento da concessão Janaúba entrou em operação comercial, com 5,5 meses de antecipação ao prazo limite exigido pela ANEEL e uma eficiência no volume total de investimento em torno de 18% em relação ao Capex ANEEL, passando então a adicionar o valor de R\$ 257,6 MM de RAP para a Taesa (ciclo 2022-2023). Janaúba é o maior projeto *greenfield* entregue pela Companhia até o momento, localizado entre os estados de Minas Gerais e Bahia com extensão de 545 km de linha, compreendendo as linhas de

Resultado do 4º trimestre e ano de 2022

transmissão LT 500 kV Bom Jesus da Lapa II - Janaúba 3 (Circuito Simples) e LT 500 kV Janaúba 3 - Pirapora 2 (Circuito Simples) e três subestações de 500 kV (Bom Jesus da Lapa II, Janaúba 3 e Pirapora 2).

Todos os valores de RAP mencionados acima estão adicionados de PIS/COFINS. Para maiores detalhes, vide seção 4.2.



¹ ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

² Sant'Ana – Os trechos de LT 230 kV - Livramento 3 - Alegrete 2 (C1) e LT Livramento 3 - Cerro Chato (C1) e parte da subestação SE 230 kV Livramento 3 foram entregues com direito a RAP a partir de 28/3/2022. Os trechos de LT Livramento - Maçambará 3, SE Maçambará 3 e Seccionamento Maçambará - Santo Ângelo em Maçambará 3 C1, foram entregues com direito a RAP a partir de 30/11/2022.

³ Ananaí corresponde ao Lote 1 do Leilão de Transmissão ANEEL nº 02/2021, assumido formalmente pela Companhia em 31/3/2022, quando o contrato de concessão foi assinado.

⁴ Pitiguarí corresponde ao Lote 10 do Leilão de Transmissão ANEEL nº 01/2022, assumido formalmente pela Companhia em 30/9/2022, quando o contrato de concessão foi assinado.

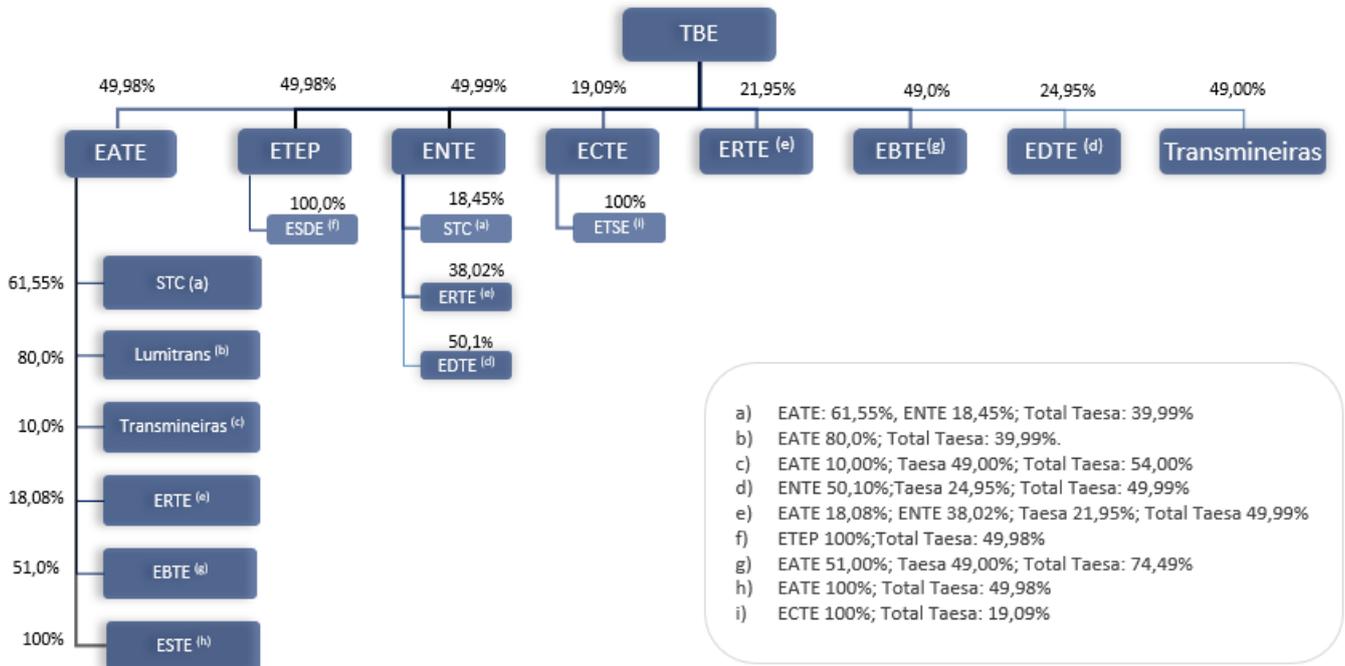
⁵ Tangará corresponde ao Lote 3 do Leilão de Transmissão ANEEL nº 02/2022. O empreendimento será assumido formalmente pela Companhia em 30/3/2023, quando o contrato de concessão será assinado.

⁶ Saíra corresponde ao Lote 5 do Leilão de Transmissão ANEEL nº 02/2022. O empreendimento será assumido formalmente pela Companhia em 30/3/2023, quando o contrato de concessão será assinado.

⁷ TBE – Transmissora Brasileira de Energia é um grupo econômico resultado da Parceria dos acionistas majoritários, Taesa e AluparA gestão operacional das concessões Transirapé (54,0%), Transleste (54,0%) e Transudeste (em conjunto, "Transmineiras") passou a ser realizada pelo grupo TBE.

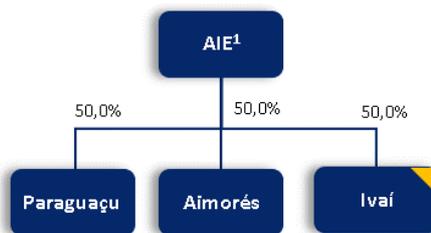
⁸ AIE – Aliança Interligação Elétrica é um grupo econômico da parceria das empresas TAESA e ISA CTEEP, atualmente responsável por implantar 3 empreendimentos. Aimorés e Paraguai foram entregues em maio e julho de 2022, respectivamente, e Ivai entrou parcialmente em operação em novembro de 2022.

3.2. Estrutura Societária TBE



TBE - Transmissora Brasileira de Energia é um grupo econômico resultado da Parceria dos acionistas majoritários, Taesa e Alupar. Transmineiras - Conjunto de participações em 3 concessões: Transirapé (54,0%), Transleste (54,0%) e Transudeste, cuja gestão operacional é realizada pelo grupo TBE.

3.3. Estrutura Societária AIE



¹AIE é um grupo econômico resultado da Parceria dos acionistas majoritários, Taesa e Cteep.

 em construção

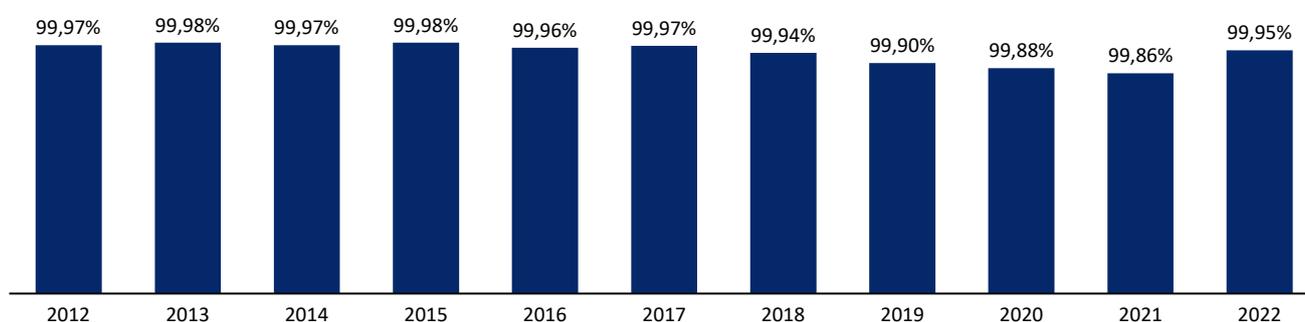
4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

4.1. Desempenho Operacional

Com um alto desempenho operacional ao longo dos anos, a Taesa apresentou, no ano de 2022, um índice de disponibilidade de 99,95%, conforme gráfico abaixo, que apresenta o desempenho consolidado da Companhia, portanto, não considerando ETAU, AIE e TBE.

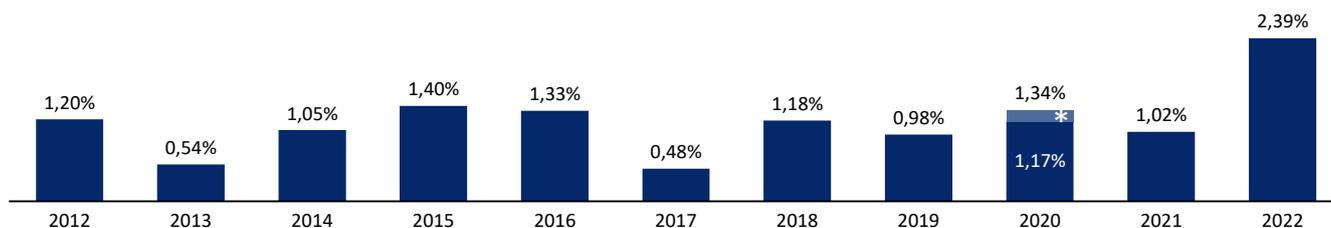
O Índice de Disponibilidade é uma medida de tempo, sendo estritamente um indicador operacional. O cálculo consiste em: número de horas que a linha fica disponível, dividido pelo número de horas contidas em 1 ano (8.760 horas), medido por trechos de 100km.

Índice de Disponibilidade (% anual)



$$\sum \frac{(\text{Extensão da linha} \times \text{horas disponíveis})/100}{(\text{Extensão da linha} \times 8.760 \text{ horas})/100} \times 100$$

O indicador que mostra o impacto da indisponibilidade de transmissão na demonstração de resultados da empresa é a parcela variável (PV). Devido ao comportamento instável da PV no curto prazo, a melhor maneira de entender o desempenho da Companhia é analisar o valor da PV dividido pela RAP, conforme gráfico abaixo.



* PV's referentes aos eventos ocorridos anteriores à aquisição da concessão São João que foram indenizados no âmbito da transação.

A PV contabilizada em 2022 foi de R\$ 60,2 MM, o que representa 2,39% da RAP do mesmo período. Os principais eventos que impactaram a Parcela Variável deste ano foram os seguintes: (i) Novatrans: queda de torres na LT 500 kV Imperatriz-Colina C2, em dezembro de 2022, decorrente de depredações de bens públicos por ato de sabotagem ao Sistema Interligado Nacional, conforme amplamente noticiado na mídia, portanto, externo e alheio à Companhia; (ii) ATE: queda de torres na LT 525 kV Assis-Araraquara C1 SP, em outubro de 2021, decorrente de um evento climático severo, portanto, externo e alheio à Companhia; (iii) Novatrans: contabilização do desligamento intempestivo ocasionado na LT 500 kV Serra da Mesa-Gurupi C2, por fator não-recorrente, externo e alheio à Companhia, em maio de 2021, por julgamento recente pela ANEEL do mérito indicando a cobrança da PV; (iv) NTE: desligamento/intervenção no banco de transformadores da subestação SE Angelim II para realização de ampliação, reforço e melhoria, em maio de 2022; e (v) Munirah: rompimento de cabo condutor de torre na LT 500 kV Camaçari II-Sapeçu, em novembro de 2022, decorrente de fortes ventos e chuvas na região. Devido a imprevisibilidade e

inevitabilidade destes eventos fortuitos (i, ii e iii), estes casos estão sendo discutidos em processos administrativos e judiciais.

4.2. Ciclo da RAP 2022-2023

Em 14 de julho de 2022, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória 3.067/2022 que estabeleceu as Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessões de transmissão para o ciclo 2022-2023, passando a valer a partir de 1.º de julho de 2022 até 30 de junho de 2023, afetando, portanto, o resultado da Taesa somente a partir do 3T22. As concessões ajustadas pelo IGP-M (Categoria II) sofreram um reajuste inflacionário de 10,72%, e as concessões ajustadas pelo IPCA (Categoria III) sofreram um reajuste inflacionário de 11,73%.

| RAP (R\$ MM) | Ciclo 2020-2021 | Ciclo 2021-2022 | Ciclo 2022-2023 |
|--------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| Ajuste IGP-M | 6,5% | 37,0% | 10,7% |
| Novatrans | 352,5 | 483,3 | 535,4 |
| TSN ² | 325,1 | 454,6 | 506,2 |
| Munirah | 29,0 | 29,9 | 33,1 |
| GTESA | 5,9 | 8,1 | 8,9 |
| PATESA ² | 17,4 | 23,9 | 26,7 |
| ETAU ¹ | 29,9 | 39,1 | 43,2 |
| ETEO | 105,4 | 144,4 | 159,9 |
| NTE | 92,1 | 126,1 | 139,9 |
| STE | 50,6 | 69,5 | 77,2 |
| ATE I | 115,1 | 122,1 | 135,3 |
| ATE II | 275,5 | 273,6 | 211,8 |
| EATE ¹ | 130,6 | 179,0 | 198,3 |
| EATEP ¹ | 29,4 | 40,3 | 44,6 |
| ENTE ¹ | 67,3 | 92,2 | 102,1 |
| ECTE ¹ | 10,8 | 14,9 | 16,5 |
| ERTE ¹ | 15,3 | 21,0 | 23,2 |
| Lumitrans ¹ | 12,7 | 17,4 | 12,1 |
| Transleste ¹ | 19,3 | 18,0 | 20,0 |
| Transirapé ¹ | 22,2 | 29,4 | 23,5 |
| Transudeste ¹ | 16,3 | 18,4 | 12,4 |
| Subtotal | 1.722,3 | 2.205,1 | 2.330,3 |
| Ajuste IPC-A | 1,9% | 8,1% | 11,7% |
| ATE III ²⁴ | 140,7 | 152,3 | 158,9 |
| São Gotardo | 5,7 | 6,2 | 6,9 |
| Mariana | 17,1 | 18,4 | 20,6 |
| Miracema | 70,5 | 77,4 | 86,4 |
| Janaúba | 217,9 | 235,4 | 257,6 |
| Aimorés ¹ | 44,6 | 48,1 | 52,7 |
| Paraguaçu ¹ | 66,5 | 71,9 | 78,6 |
| Brasnorte | 31,0 | 33,9 | 37,8 |
| STC ¹⁴ | 20,0 | 21,7 | 18,0 |
| EBTE ¹ | 40,1 | 44,5 | 48,5 |
| ESDE ¹ | 7,5 | 8,1 | 9,1 |
| ETSE ¹ | 4,3 | 5,0 | 6,5 |
| ESTE ¹ | 63,0 | 68,1 | 74,5 |
| Ivaí ¹³ | 165,0 | 178,3 | 199,2 |
| EDTE ¹ | 38,8 | 41,9 | 46,1 |
| Sant'Ana ³ | 64,4 | 69,6 | 77,8 |
| São João | 51,7 | 55,9 | 62,4 |
| São Pedro | 48,3 | 60,1 | 67,2 |
| Lagoa Nova | 13,3 | 14,4 | 16,1 |
| Ananaí ³ | | 143,1 | 159,9 |
| Pitiguari ³ | | | 19,5 |
| Tangará (Lote 3) ³⁵ | | | 100,7 |
| Saíra (Lote 5) ³⁵ | | | 167,7 |
| Subtotal | 1.110,4 | 1.354,6 | 1.772,7 |
| Total | 2.832,6 | 3.559,7 | 4.103,0 |

Obs: Todos valores de RAP estão adicionados de PIS/COFINS

¹ Valor de RAP proporcional à participação da Taesa

² Incluindo os reforços

³ Em Construção

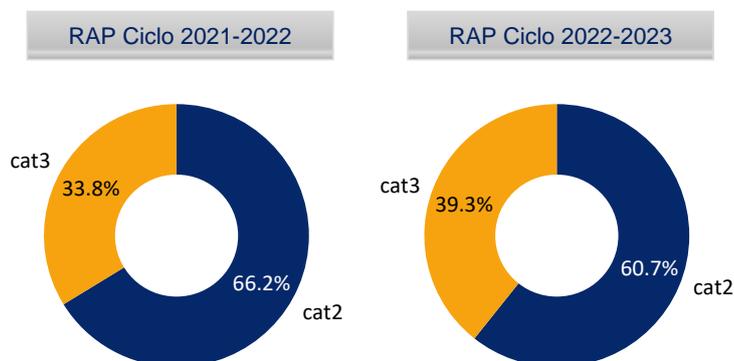
⁴ Concessão de Categoria II com ajuste pelo IPCA

⁵ Contratos das concessões serão assinados em 30/03/2023

Considerando as concessões controladas, investidas em conjunto e coligadas, a RAP total¹ (operacional e em construção) da Taesa para o ciclo 2022-2023 é de R\$ 4.103,0 MM, sendo 44,7% no nível da *holding*. A RAP operacional da Taesa para o ciclo 2022-2023 ficou em R\$ 3.519,7 MM, contra R\$ 2.981,7 MM para o ciclo 2021-2022, considerando a entrada em operação de ESTE em fevereiro, parcial de Sant'Ana em abril e dezembro, Aimorés em maio, Paraguaçu em julho e parcial de Ivaí em novembro e dezembro de 2022.

O reajuste da RAP para o ciclo 2022-2023 foi diferente da inflação em algumas concessões pelos seguintes motivos: (i) **ATE II, ATE III, Lumitrans, Transirapé, Transudeste e STC** sofreram impacto da queda de 50% da RAP, em razão da entrada no 16º ano de operação (para maiores detalhes, vide seção 4.3); (ii) **TSN e PATESA** apresentaram entrada em operação de reforços; (iii) **Janaúba, Aimorés, Paraguaçu, EBTE, ETSE, ESTE e EDTE** apresentaram efeito de revisão tarifária; e (iv) **Brasnorte** apresentou efeito de revisão tarifária em seus reforços.

Os valores publicados de RAP das concessões ATE III, São Gotardo, Mariana, Miracema, Janaúba, Aimorés, Paraguaçu, Brasnorte, STC, EBTE, ESDE, ETSE, ESTE, Ivaí, EDTE, Sant'Ana, São João, São Pedro, Lagoa Nova, Ananaí, Pitiguari, Tangará e Saíra foram adicionados de PIS/COFINS para ficarem alinhados às demais concessões da tabela.



4.3. Queda de 50% da RAP

Os contratos de concessão de transmissão licitados entre 1999 e 2006 (Categoria II) preveem a redução de 50% da RAP (Rede Básica) a partir do 16º ano de operação comercial das instalações. Dado que os contratos de concessão possuem instalações cuja parcela de RAP associada será reduzida em 50% em datas distintas ao longo do seu ciclo, foi calculada uma RAP equivalente a ser recebida pelas concessionárias ao longo do referido ciclo, e nos ciclos futuros, considerando os valores pro-rata das parcelas de RAP sem redução, desde o início do ciclo (1º de julho) até a data de fim do 15º ano de operação comercial das instalações, e os valores pro-rata das parcelas de RAP com redução de 50%, a partir da data de início do 16º ano de operação comercial das instalações até o final do mesmo ciclo (30 de junho).

Para os ciclos 2016-2017, 2017-2018, 2018-2019, 2019-2020, 2020-2021, 2021-2022 e 2022-2023, as seguintes concessões atingiram o 16º ano de operação¹:

- **ETEO**: 100% da RAP da ETEO entrou no 16º ano de operação em 19/10/2016.
- **ECTE³**: 67,6% da RAP da ECTE entrou no 16º ano de operação em 9/3/2017 e 28,4% da RAP entrou em 26/3/2017.
- **ETEP³**: 99,7% da RAP da ETEP entrou no 16º ano de operação em 25/8/2017.
- **EATE³**: 19,0% da RAP da EATE entrou no 16º ano de operação em 1/2/2018, 45,6% da RAP em 20/2/2018, e 33,5% da RAP em 10/3/2018.
- **TSN³**: 89,9% da RAP da TSN entrou no 16º ano de operação em 4/3/2018, 4,0% da RAP em 5/4/2018, 0,7% da RAP em 22/5/2018, e 1,3% da RAP em 3/6/2018.
- **Novatrans**: 16,3% da RAP da Novatrans entrou no 16º ano de operação em 3/6/2018, 19,4% da RAP em 8/12/2018, 19,1% da RAP em 23/12/2018, e 45,2% da RAP em 8/4/2019.
- **GTESA**: 100% da RAP da GTESA entrou no 16º ano de operação em 26/8/2018.
- **NTE**: 100% da RAP da NTE entrou no 16º ano de operação em 25/1/2019.
- **STE³**: 19,0% da RAP da STE entrou no 16º ano de operação em 27/6/2019, 36,6% da RAP em 13/7/2019, e 42,1% da RAP em 18/7/2019.
- **PATESA³**: 98,2% da RAP da PATESA entrou no 16º ano de operação em 1/9/2019.
- **ERTE³**: 71,5% da RAP da ERTE entrou no 16º ano de operação em 15/9/2019.
- **ENTE**: 100% da RAP da ENTE entrou no 16º ano de operação em 12/2/2020.
- **ETAU³**: 34,2% da RAP da ETAU entrou no 16º ano de operação em 17/4/2020 e 36,0% da RAP em 29/9/2020.
- **Munirah**: 100% da RAP da Munirah entrou no 16º ano de operação em 30/10/2020.
- **ATE I**: 54,0% da RAP da ATE I entrou no 16º ano de operação em 8/10/2020 e 46,0% da RAP em 27/10/2020.
- **Transleste**: 100% da RAP da Transleste entrou no 16º ano de operação em 18/12/2020.
- **ATE II**: 100% da RAP da ATE II entrou no 16º ano de operação em 11/12/2021.
- **Transudeste**: 100% da RAP da Transudeste entrou no 16º ano de operação em 23/2/2022.
- **Transirapé³**: 45,1% da RAP da Transirapé entrou no 16º ano de operação em 23/5/2022 e 15,9% da RAP em 30/5/2022.
- **Lumitrans³**: 99,9% da RAP da Lumitrans entrou no 16º ano de operação em 3/10/2022.
- **STC³**: 71,9% da RAP da STC entrou no 16º ano de operação em 8/11/2022.

Para o ciclo futuro 2022-2023, a seguinte concessão irá atingir o 16º ano de operação¹:

- **ATE III³**: 54,4% da RAP da ATE III entrará no 16º ano de operação em 27/4/2023 e 40,1% em 23/5/2023.

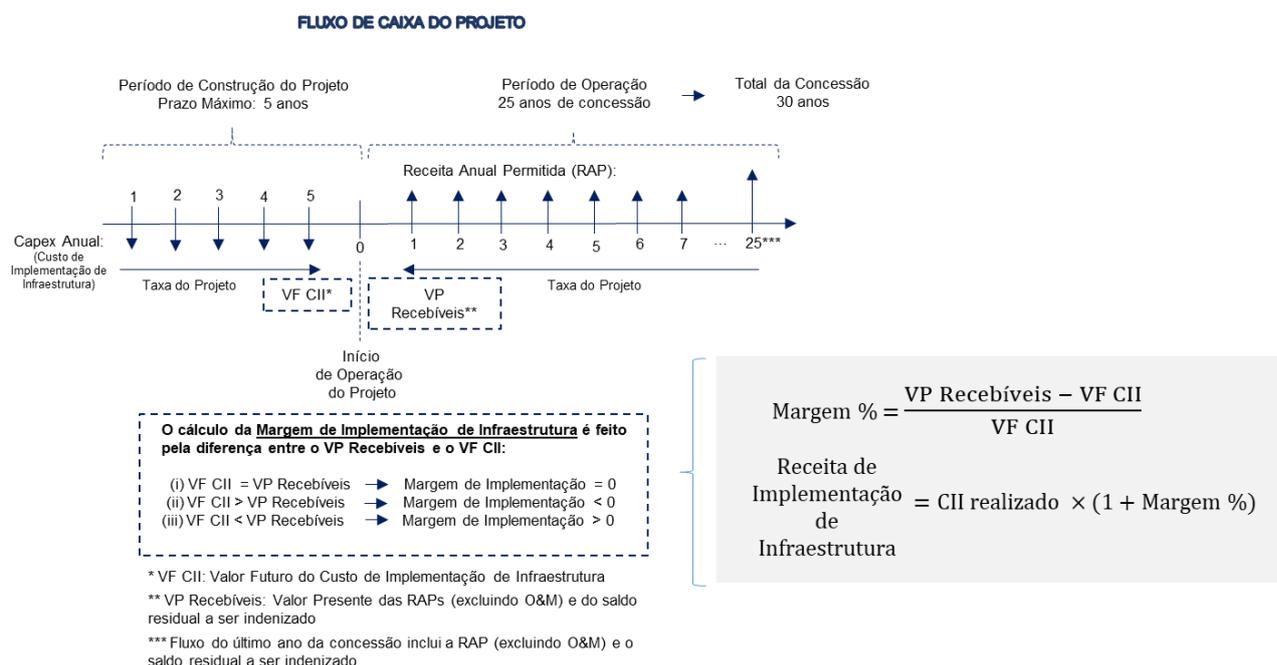
Notas:

1. O cronograma de redução de 50% da RAP destacado acima foi retirado da Nota Técnica nº 144-2018-SGT da ANEEL.
2. Os percentuais da RAP foram calculados com base no valor da RAP anterior à data da 1ª redução de 50%.
3. Para aquelas concessões cujos percentuais da RAP apontados acima não somam 100%, a diferença se deve a reforços/melhorias que não se enquadram nos ativos de categoria II sujeitos à queda de 50% da RAP no início do 16º ano de operação.

4.4. Impacto da Mudança Contábil (CPC 47)

A partir de 1º de janeiro de 2018, passou a ser obrigatória a adoção do IFRS 9 (CPC 48) ou do IFRS 15 (CPC 47), com divulgação dessa nova contabilização a partir das Demonstrações Financeiras Anuais de 2018. A Companhia optou por adotar o IFRS 15, cujos princípios se baseiam no modelo de negócio que identifica o contrato com o cliente (bens ou serviços) e suas respectivas obrigações contratuais de desempenho, definindo-se o preço de transação e reconhecimento da receita a partir da realização dessas obrigações (reconhecimento do Ativo de Contrato de Concessão).

O Ativo de Contrato de Concessão é calculado mensalmente a partir do fluxo futuro dos recebimentos trazidos a valor presente pela Taxa do Projeto, que se refere ao custo de capital do ativo avaliado à época da sua aquisição.



No método contábil adotado (CPC 47 - Ativo de Contrato de Concessão), as eficiências/ineficiências geradas no projeto em construção são contabilizadas como margem de implementação de infraestrutura. Isto é, a receita de implementação de infraestrutura constitui uma margem de implementação, calculada pela diferença entre o Valor Presente da RAP e Valor Futuro do Custo de Implementação no momento da entrada em operação (vide figura acima). Em outras palavras, a receita de implementação é calculada, ao longo do período pré-operacional, pelo custo de implementação mais a margem de implementação, que inclui também os juros de remuneração do ativo no período, calculada pela Taxa do Projeto sobre o saldo do ativo de contrato de concessão. Portanto, no Ativo de Contrato de Concessão a margem de implementação impacta a Demonstração de Resultados do projeto.

A receita de remuneração é calculada com base na Taxa do Projeto sobre o saldo do ativo contratual e é contabilizada somente após a entrada em operação do projeto. Durante o período de construção, os juros de remuneração fazem parte da Receita de Implementação de Infraestrutura e o cálculo é o mesmo descrito acima.

Após a entrada em operação, o Ativo de Contrato passa a ser corrigido mensalmente pela inflação (IGP-M ou IPCA, de acordo com cada concessão), calculado pela correção monetária dos recebimentos futuros trazidos a valor presente pela Taxa do Projeto. A receita de O&M é uma parcela da RAP destinada a remunerar a operação e a manutenção dos ativos da concessão.

Impactos da mudança contábil do CPC-47 registrados até o momento:

Os ajustes gerados pela adoção do CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018:

- (i) Para o saldo inicial (de partida) do Ativo Contratual em 1º de janeiro de 2018, o ajuste foi lançado na conta de reserva especial do exercício de 2018 (Patrimônio Líquido), no montante de R\$ 113.399.544,45, referentes a exercícios anteriores.
- (ii) Para o Exercício Social de 2018, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R\$ 116.924.085,17 que foi destinado para a conta reserva especial ao término do exercício, líquido dos 5% que ficaram retidos como reserva legal.
- (iii) Para o Exercício Social de 2019, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R\$ 291.323.518,24 que foi destinado para a conta reserva especial ao término do exercício, líquido dos 5% que ficaram retidos como reserva legal.
- (iv) Para o Exercício Social de 2020, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R\$ 631.469.547,58 (incluso o montante de R\$ 124.947.792,20 relacionado ao OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº04/2020) que foi destinado para a conta reserva especial ao término do exercício. Além disso, o montante de R\$ 63.583.002,83 relacionado também ao OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 para os exercícios anteriores foi registrado na conta de reserva especial, no patrimônio líquido de 2020.
- (v) Para o Exercício Social de 2021, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R\$ 408.098.711,76 que foi destinado para a conta reserva especial ao término do exercício.
- (vi) Para o Exercício Social de 2022, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R\$ 207.632.058,23 que foi destinado para a conta reserva especial ao término do exercício.

É importante ressaltar que para o exercício social de 2021 e 2022 a reserva legal (5%) não foi constituída com base no art. 193 parágrafo 1º da Lei das S.A. que diz que a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício quando o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder 30% do capital social.

Os ajustes acima mencionados somam R\$ 1.832.430.468,27, sendo R\$ 1.698.618.543,59 contabilizados como Reserva Especial e R\$ 133.811.924,68 como Reserva Legal (5%).

É importante ressaltar que os efeitos relativos à adoção do CPC 47 (Margem de Construção) são excluídos do lucro líquido distribuível e durante o exercício são contabilizados na conta de Lucros Acumulados, sendo destinados para as contas de Reserva Especial e Reserva Legal ao final do exercício social.

4.5. Receita Líquida IFRS

A Receita Líquida IFRS do 4T22 foi de R\$ 509,4 MM, 29,0% menor que o 4T21, em função principalmente da queda na receita de correção monetária motivada pela contração dos índices inflacionários entre os períodos comparados.

A Receita Líquida IFRS do 2022 foi de R\$ 2.616,5 MM, 24,6% menor que o registrado em 2021.

A partir da adoção do CPC 47 (IFRS 15), conforme explicado na seção 4.4, a mudança no reconhecimento do ativo de transmissão produz efeito na receita de implementação de infraestrutura que passa a contabilizar uma margem de implementação de infraestrutura, passando a gerar, portanto, impacto no lucro líquido da Companhia.

Considerando o reajuste inflacionário da receita assegurado no contrato de concessão, a Taesa contabiliza mensalmente a correção monetária do ativo contratual da concessão no resultado. Dessa forma, o efeito inflacionário é diluído mês a mês considerando-se a inflação em IGP-M ou IPCA verificada no mês anterior. Os índices utilizados para a correção monetária do quarto trimestre de 2022 foram: IGP-M de -0,95%, -0,97% e -0,56% (acumulado -2,46%), e IPCA de -0,29%, +0,59% e +0,41% (acumulado +0,71%), referente aos meses de setembro, outubro e novembro de 2022, respectivamente. No quarto trimestre de 2021, o IGP-M foi de -0,64%, +0,64% e +0,02% (acumulado +0,02%), e IPCA de +1,16%, +1,25% e +0,95% (acumulado +3,40%), referente aos meses de setembro, outubro e novembro, respectivamente. Já no ano de 2022, ambos o IGP-M e o IPCA acumulados foram de +5,90%. E no acumulado de 2021, o IGP-M foi apurado em +17,90% e o IPCA em +10,74% (base para a correção monetária no ano: dezembro a novembro).

Receita Operacional Líquida - IFRS (Consolidado)

| R\$ MM | 4T22 | 4T21 | Var.% | 2022 | 2021 | Var.% |
|-----------------------------------------------------|---------------|---------------|---------------|----------------|----------------|---------------|
| Operação e manutenção | 262,8 | 240,5 | 9,3% | 1.008,5 | 826,0 | 22,1% |
| Remuneração do ativo contratual de concessão | 260,4 | 234,5 | 11,0% | 1.047,9 | 807,4 | 29,8% |
| Correção monetária do ativo contratual de concessão | (32,8) | 233,7 | n/a | 565,5 | 1.216,3 | -53,5% |
| Implementação de infraestrutura | 113,9 | 87,7 | 29,9% | 261,5 | 915,0 | -71,4% |
| Total Receitas IFRS | 604,3 | 796,4 | -24,1% | 2.883,4 | 3.764,7 | -23,4% |
| Parcela variável | (29,9) | 5,1 | n/a | (60,2) | (20,8) | 189,3% |
| Outras receitas operacionais | 9,0 | (13,4) | n/a | 46,2 | 24,0 | 92,8% |
| Receita operacional bruta | 583,4 | 788,1 | -26,0% | 2.869,4 | 3.767,9 | -23,8% |
| PIS e COFINS | (50,0) | (51,6) | -3,2% | (165,1) | (225,3) | -26,7% |
| ISS | (0,1) | (0,2) | -42,0% | (0,4) | (0,6) | -30,1% |
| ICMS | (0,0) | (0,0) | -63,0% | (0,0) | (0,1) | -72,9% |
| Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA | (23,9) | (19,2) | 24,4% | (87,3) | (69,8) | 25,1% |
| Deduções da receita operacional bruta | (74,1) | (71,1) | 4,1% | (252,9) | (295,8) | -14,5% |
| Receita operacional líquida | 509,4 | 717,0 | -29,0% | 2.616,5 | 3.472,1 | -24,6% |

A variação e a composição da receita líquida IFRS da Taesa refletem, principalmente, os seguintes aspectos:

- **Operação e manutenção:** O aumento anual de 9,3% da receita de O&M se deve principalmente ao reajuste inflacionário do ciclo 2022-2023, de 10,72% no IGP-M e 11,73% no IPCA, considerando a variação entre os períodos de junho de 2021 a maio de 2022, conforme Resolução Homologatória nº 3.067/2022.
- **Remuneração do ativo contratual de concessão:** Calculada pela multiplicação da taxa do projeto sobre o saldo do ativo contratual (contabilizada somente no período operacional da concessão). O crescimento de 11,0% na comparação anual se deve principalmente à entrada em operação de Janaúba e parcial de Sant'Ana, além do impacto material da correção monetária no saldo do ativo contratual nos últimos doze meses que mais que compensou a queda natural desta receita em função da amortização do ativo pelos recebimentos.

- **Correção monetária do ativo contratual de concessão:** Baseada no reajuste mensal pela inflação. A receita de correção monetária apresentou uma queda anual de R\$ 266,5 MM em razão da contração dos índices de inflação IGP-M e IPCA registrados nos períodos comparados, principalmente pela deflação de IGP-M registrada no trimestre (-2,46% no acumulado do 4T22 versus +0,02% no 4T21 no IGP-M, e +0,71% no acumulado do 4T22 versus +3,40% no 4T21 no IPCA), conforme apresentado mais acima.
- **Implementação de infraestrutura:** Conforme explicado na seção 4.4, a partir da adoção do CPC 47 as eficiências geradas até então nos projetos em construção passam a ser contabilizadas como margem de implementação nessa linha da receita. Lembrando que os juros de remuneração do ativo também são adicionados à receita de implementação durante o período pré-operacional. O crescimento anual de 29,9% na receita de implementação se deve basicamente aos investimentos iniciais em Ananaí, que foram compensados em parte pelos menores investimentos em Sant'Ana dado o avanço deste empreendimento.
- **Parcela variável (PV):** A piora de R\$ 35,0 MM entre os trimestres refere-se principalmente a queda de torres na LT 500 kV Imperatriz-Colina C2 (Novatrans) ocorrida em dezembro de 2022, decorrente de depredações de bens públicos por ato de sabotagem ao Sistema Interligado Nacional, conforme amplamente noticiado na mídia, além de reversão de parcela variável realizada no 4T21. Este evento na Novatrans está sendo discutido junto a ONS e ANEEL visando a reversão da PV por se tratar de caso fortuito.
- **Outras receitas operacionais:** O crescimento de R\$ 22,4 MM na comparação anual é explicado pela reclassificação no 4T21 do resultado de Janaúba referente a receita do mês de setembro de 2021, no valor de R\$ 19,6 MM que havia sido contabilizado nessa linha no 3T21.
- **Deduções da receita bruta:** Houve um aumento de 4,1% na comparação entre o 4T22 e 4T21 principalmente em função do PIS/COFINS que segue a variação da receita bruta em IFRS (o tributo varia de acordo com cada concessão – vide seção 4.15), sendo compensado em parte pelo aumento do PIS/COFINS em função da alteração do regime tributário de Miracema (de lucro presumido para lucro real) e pelo aumento dos encargos setoriais calculados com base na receita regulatória, principalmente em Janaúba. Para maiores detalhes vide seção 4.8.

4.6. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização IFRS

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R\$ 295,3 MM no 4T22, 69,1% maior quando comparado ao 4T21.

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram em 2022 R\$ 740,1 MM, 9,5% menor quando comparado ao ano de 2021.

Custos, Despesas e D&A - IFRS (Consolidado)

| R\$ MM | 4T22 | 4T21 | Var.% | 2022 | 2021 | Var.% |
|---------------------------|----------------|----------------|--------------|----------------|----------------|---------------|
| Pessoal | (54,5) | (48,7) | 11,8% | (210,2) | (183,0) | 14,9% |
| Material | (153,5) | (80,5) | 90,6% | (338,5) | (501,8) | -32,5% |
| Serviço de terceiros | (25,0) | (28,7) | -12,9% | (89,6) | (85,4) | 4,9% |
| Outros | (57,1) | (10,6) | 440,3% | (76,8) | (25,4) | 202,8% |
| Total | (290,0) | (168,5) | 72,1% | (715,1) | (795,6) | -10,1% |
| Depreciação e amortização | (5,3) | (6,1) | -14,1% | (25,0) | (22,7) | 10,3% |
| Total | (295,3) | (174,6) | 69,1% | (740,1) | (818,2) | -9,5% |

As variações nos custos IFRS foram ocasionadas principalmente pelos seguintes eventos:

- **Pessoal:** O aumento de 11,8% na comparação entre o 4T22 e o 4T21 é explicado principalmente pelo reajuste salarial dos empregados pelo acordo coletivo de 11,73% baseado no índice de inflação IPCA, além do aumento de quadro e a entrada em operação de Janaúba e parcial de Sant'Ana.
- **Material:** O aumento anual de 90,6% se deve basicamente aos investimentos iniciais no empreendimento de Ananai (R\$ 50,9 MM) e aumento dos custos de O&M, no valor de cerca de R\$ 45 MM, em função de baixa de ativos por reclassificação de reforços para melhorias em relação a projetos de pequeno porte, sendo um efeito contábil não recorrente. Estes efeitos foram compensados em parte pelos menores investimentos em Sant'Ana (R\$ 28,2 MM), em função da entrada em operação parcial em abril e dezembro de 2022.
- **Serviços de terceiros:** A redução de 12,9% na comparação anual foi influenciada basicamente por menores gastos com serviços jurídicos e com serviços de manutenção de estradas de acessos, parcialmente compensados por maiores despesas com serviços de limpeza e conservação da faixa de servidão.
- **Outros:** O aumento de R\$ 46,5 MM no 4T22, se deve principalmente a custo adicional, não recorrente, do empreendimento Sant'Ana referente a subestação de Cerro Chato em função de uma modificação no projeto de engenharia.
- **Depreciação e amortização:** A redução anual de 14,1% é explicada pela liquidação antecipada do contrato de arrendamento de escritório administrativo no 2T22.

4.7. EBITDA e Margem EBITDA IFRS

No 4T22, o EBITDA IFRS totalizou R\$ 219,4 MM com margem EBITDA de 43,1%. A queda de 60,0% do EBITDA IFRS na comparação anual é explicada principalmente pela menor receita de correção monetária do ativo contratual, em função da contração dos índices macroeconômicos (IGP-M e IPCA) e pelo aumento da Parcela Variável. Estes efeitos foram compensados em parte pelo aumento das receitas de Operação e Manutenção e de Remuneração do Ativo Contratual, impactados positivamente pela entrada em operação de Janaúba e parcial de Sant'Ana.

O **EBITDA IFRS** não é uma medida que reflete a geração de caixa operacional da Companhia, uma vez que o padrão IFRS gera um descolamento entre DRE e Fluxo de Caixa.

EBITDA IFRS (Consolidado)

| R\$ MM | 4T22 | 4T21 | Var.% | 2022 | 2021 | Var.% |
|----------------------|--------------|--------------|-----------------|----------------|----------------|----------------|
| Receita líquida | 509,4 | 717,0 | -29,0% | 2.616,5 | 3.472,1 | -24,6% |
| Custos e despesas | (290,0) | (168,5) | 72,1% | (715,1) | (795,6) | -10,1% |
| EBITDA | 219,4 | 548,5 | -60,0% | 1.901,4 | 2.676,5 | -29,0% |
| Margem EBITDA | 43,1% | 76,5% | -33,4 pp | 72,7% | 77,1% | -4,4 pp |

4.8. Receita Líquida Regulatória

Receita Líquida Regulatória no 4T22 alcançou R\$ 558,1 MM, 1,3% maior que o registrado no 4T21, explicado pela entrada em operação de Janaúba e parcial de Sant'Ana e pelo reajuste inflacionário do ciclo 2022-2023 da RAP, efeitos compensados em parte pela queda da RAP de algumas concessões.

Receita Líquida Regulatória em 2022 somou R\$ 2.228,2 MM, apresentando um aumento anual de 21,3%.

A Receita Líquida Regulatória não é impactada pelo reconhecimento dos efeitos inflacionários descrito na seção 4.5 da Receita Líquida IFRS, visto que esse reconhecimento é uma definição contábil do IFRS sobre a correção monetária do ativo contratual que influencia, portanto, apenas a Receita Líquida IFRS. Por outro lado, a RAP é anualmente reajustada pela inflação a cada novo ciclo que se inicia em 1º dia de julho de cada ano e termina no 30º dia de junho do ano subsequente (vide seção 4.2).

O crescimento na linha da RAP de 7,9% entre o 4T22 e o 4T21 é explicado pelo reajuste inflacionário do ciclo da RAP 2022-2023 (10,72% em IGP-M e 11,73% em IPCA) e pela entrada em operação da concessão de Janaúba no início de setembro de 2021 e entrada parcial de Sant'Ana em abril e dezembro de 2022. O aumento foi compensado em parte pela redução da RAP das concessões ATE II e ATE III (maiores detalhes sobre os efeitos e as datas de queda nas seções 4.2 e 4.3).

A Parcela Variável (PV) registrou R\$ 29,9 MM no 4T22, apresentando uma piora de R\$ 35 MM na comparação entre o 4T22 e o 4T21 principalmente em função da queda de torres na LT 500 kV Imperatriz-Colina C2 (Novatrans) ocorrida em dezembro de 2022, decorrente de depredações de bens públicos por ato de sabotagem ao Sistema Interligado Nacional, conforme amplamente noticiado na mídia, além de reversão de parcela variável realizada no 4T21. Este evento na Novatrans está sendo discutido junto a ONS e ANEEL visando a reversão da PV por se tratar de caso fortuito.

Receita Operacional Líquida - Regulatório (Consolidado)

| R\$ MM | 4T22 | 4T21 | Var.% | 2022 | 2021 | Var.% |
|-------------------------------------------|---------------|---------------|-------------|----------------|----------------|--------------|
| RAP Concessionárias | 646,9 | 599,5 | 7,9% | 2.512,1 | 2.039,0 | 23,2% |
| Parcela Variável | (29,9) | 5,1 | n/a | (60,2) | (20,8) | 189,3% |
| Receita do Serviço | 617,0 | 604,7 | 2,0% | 2.451,9 | 2.018,2 | 21,5% |
| Outras receitas operacionais | 0,3 | 0,3 | 2,0% | 1,1 | 1,4 | -17,7% |
| Receita operacional bruta | 617,3 | 605,0 | 2,0% | 2.453,1 | 2.019,6 | 21,5% |
| PIS e COFINS | (35,2) | (34,6) | 1,6% | (137,1) | (112,0) | 22,5% |
| ISS | (0,1) | (0,2) | -42,0% | (0,4) | (0,6) | -30,1% |
| ICMS | (0,0) | (0,0) | -63,0% | (0,0) | (0,1) | -72,9% |
| Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA | (23,9) | (19,2) | 24,4% | (87,3) | (69,8) | 25,1% |
| Total Deduções | (59,2) | (54,1) | 9,5% | (224,9) | (182,5) | 23,2% |
| Receita operacional líquida | 558,1 | 550,9 | 1,3% | 2.228,2 | 1.837,1 | 21,3% |

4.9. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização Regulatórios

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R\$ 165,8 MM no 4T22, 4,0% menor quando comparado ao 4T21. Os custos de PMSO somaram R\$ 93,4 MM, registrando uma queda anual de 10,1%.

Em 2022, Custos, Despesas e Depreciação e Amortização alcançaram R\$ 634,7 MM, 9,1% maior na comparação anual. Os custos de PMSO somaram em 2022 R\$ 346,1 MM, registrando um aumento de 7,7%.

Custos, Despesas e D&A - Regulatório (Consolidado)

| R\$ MM | 4T22 | 4T21 | Var.% | 2022 | 2021 | Var.% |
|---------------------------|----------------|----------------|---------------|----------------|----------------|-------------|
| Pessoal | (54,5) | (48,7) | 11,8% | (210,2) | (183,0) | 14,9% |
| Material | (2,6) | (1,5) | 69,7% | (6,8) | (5,6) | 20,8% |
| Serviço de terceiros | (25,0) | (28,7) | -12,9% | (89,6) | (85,4) | 4,9% |
| Outros | (11,3) | (24,9) | -54,6% | (39,4) | (47,4) | -16,8% |
| Total | (93,4) | (103,9) | -10,1% | (346,1) | (321,4) | 7,7% |
| Depreciação e amortização | (72,4) | (68,8) | 5,2% | (288,6) | (260,4) | 10,8% |
| Total | (165,8) | (172,7) | -4,0% | (634,7) | (581,8) | 9,1% |

As diferenças entre os Resultados Regulatórios e IFRS, na linha de custos, despesas e depreciação e amortização, são observadas nas despesas com material e em depreciação e amortização. O Resultado IFRS contabiliza o investimento na construção de novos ativos, reforços e melhorias, como despesas com material, ao mesmo tempo em que capitaliza a receita de implementação no ativo contratual. Já o Resultado Regulatório deprecia o investimento imobilizado. Além disso, a partir da adoção do CPC 06 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil, em 2019, são também observadas diferenças na linha de Outros custos e despesas operacionais, entre os Resultados Regulatório e IFRS.

Os custos e despesas PMSO totalizaram R\$ 93,4 MM no 4T22 (-10,1% versus 4T21), explicado pelos seguintes eventos:

- **Pessoal:** O aumento de 11,8% na comparação entre o 4T22 e o 4T21 é explicado principalmente pelo reajuste salarial dos empregados pelo acordo coletivo de 11,73% baseado no índice de inflação IPCA, além do aumento de quadro e a entrada em operação de Janaúba e parcial de Sant'Ana.
- **Material:** O aumento de 69,7% entre os períodos comparados se deve a maiores gastos com materiais de operação e manutenção principalmente na NTE.
- **Serviços de Terceiros:** A redução de 12,9% na comparação anual foi influenciada basicamente por menores gastos com serviços jurídicos e com serviços de manutenção de estradas de acessos, parcialmente compensados por maiores despesas com serviços de limpeza e conservação da faixa de servidão.
- **Outros:** Essas despesas apresentaram uma queda no 4T22 de 54,6% se deve, principalmente, pela baixa referente ao banco de capacitores na concessão de Novatrans e pela multa de atraso na entrega de Mariana, após o fim do processo ANEEL nº 48500.000670/2021-54, efeitos não recorrentes registrados no 4T21.

O aumento de 5,2% na linha de depreciação e amortização, na comparação entre o 4T22 e o 4T21, refere-se basicamente à entrada em operação de Janaúba em setembro de 2021 e parcial de Sant'Ana em abril e dezembro de 2022.

4.10. EBITDA e Margem EBITDA Regulatório

O EBITDA Regulatório do 4T22 atingiu R\$ 464,7 MM, 4,0% maior que o registrado no 4T21 e uma margem EBITDA de 83,3% (+2,1pp versus 4T21). Conforme mencionado anteriormente a entrada em operação de Janaúba em setembro de 2021 e parcial de Sant'Ana em abril e dezembro de 2022 e o reajuste inflacionário do ciclo da RAP 2022-2023 (10,72% em IGP-M e 11,73% em IPCA) explicam o desempenho positivo do EBITDA e aumento da margem EBITDA na comparação anual.

Em 2022, o EBITDA Regulatório totalizou R\$ 1.882,1 MM (84,5% de margem EBITDA), 24,2% maior que 2021, explicado pelos mesmos motivos mencionados acima.

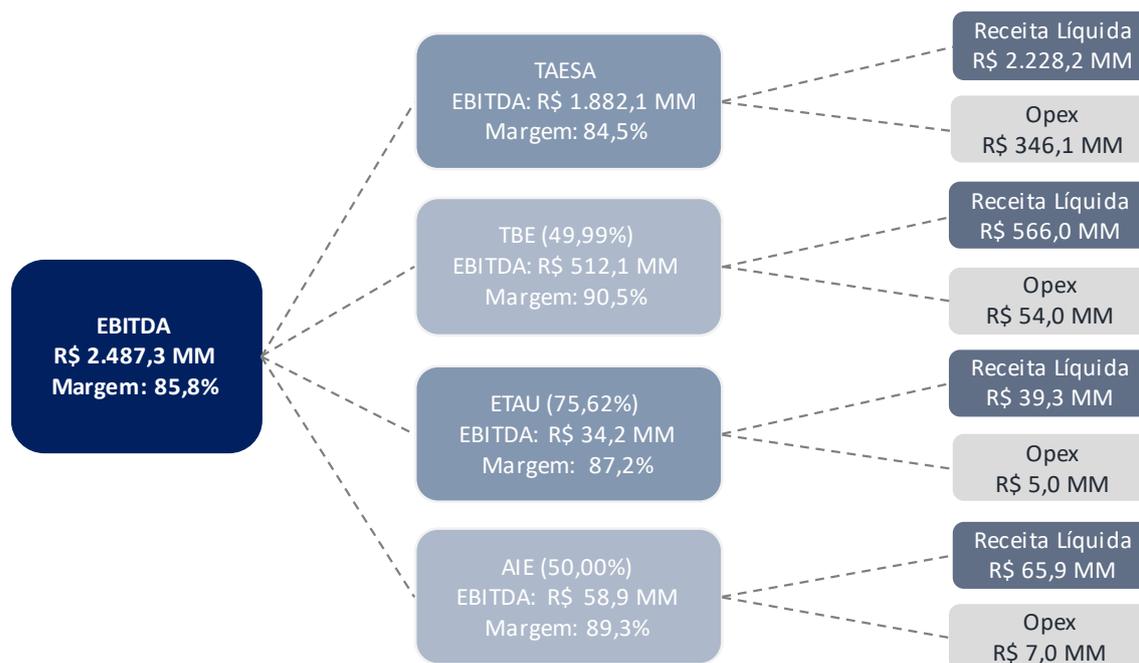
No setor de transmissão de energia, o **EBITDA Regulatório** é um importante indicador de desempenho operacional e financeiro, em virtude da sua aderência à geração de caixa operacional efetiva da Companhia.

EBITDA Regulatório (Consolidado)

| R\$ MM | 4T22 | 4T21 | Var.% | 2022 | 2021 | Var.% |
|----------------------|--------------|--------------|---------------|----------------|----------------|---------------|
| Receita líquida | 558,1 | 550,9 | 1,3% | 2.228,2 | 1.837,1 | 21,3% |
| Custos e despesas | (93,4) | (103,9) | -10,1% | (346,1) | (321,4) | 7,7% |
| EBITDA | 464,7 | 447,0 | 4,0% | 1.882,1 | 1.515,8 | 24,2% |
| Margem EBITDA | 83,3% | 81,1% | 2,1 pp | 84,5% | 82,5% | 2,0 pp |

4.11. Composição do EBITDA Regulatório

O gráfico abaixo mostra o EBITDA Regulatório no ano de 2022 considerando todas as concessões do grupo Taesa proporcionalmente. É importante ressaltar que o resultado consolidado conforme as normas contábeis brasileiras não incluem as investidas em conjunto e coligadas (ETAU, AIE e TBE*).



* A gestão operacional das concessões Transirapé, Transudeste e Transleste (em conjunto, "Transmineiras") passou a ser realizada pelo grupo TBE. A partir do 2T22 os resultados das Transmineiras foram incorporados ao resultado da TBE.

4.12. Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS

O Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS no 4T22 totalizou R\$ 10,0 MM, 93,2% menor que o 4T21. Já no ano de 2022, a Equivalência Patrimonial IFRS fechou em R\$ 564,9 MM, 27,7% menor que o mesmo período de 2021.

Equivalência Patrimonial IFRS

| R\$ MM | 4T22 | 4T21 | Var.% | 2022 | 2021 | Var.% |
|---------------------------------------|-------------|--------------|---------------|--------------|--------------|---------------|
| ETAU | 6,1 | 2,7 | 128,3% | 25,5 | 24,2 | 5,3% |
| TBE | 9,0 | 89,4 | -90,0% | 369,3 | 580,0 | -36,3% |
| Aimorés | 8,9 | 2,1 | 332,8% | 67,3 | 18,6 | 261,1% |
| Paraguaçu | 11,8 | (3,3) | - | 82,5 | 24,3 | 238,8% |
| Ivaí | (25,8) | 56,8 | - | 20,3 | 134,2 | -84,9% |
| Total Equivalência Patrimonial | 10,0 | 147,6 | -93,2% | 564,9 | 781,4 | -27,7% |

Nota: A gestão operacional das concessões Transirapé, Transudeste e Transleste (em conjunto, "Transmineiras") passou a ser realizada pelo grupo TBE. A partir do 2T22 os resultados das Transmineiras foram incorporados ao resultado da TBE. Para fins de comparação, os respectivos trimestres do ano anterior também sofreram este ajuste proforma.

A redução de 93,2% no resultado IFRS das investidas em conjunto e coligadas, na comparação entre o 4T22 e o 4T21, se deve principalmente a: (i) menores investimentos em função da entrada em operação de Ivaí (parcial), ESTE (TBE), Paraguaçu e Aimorés; (ii) redução da receita de correção monetária em função de um menor IGP-M e IPCA, com maior impacto na TBE; e (iii) atualização da margem de implementação de Ivaí. Estes efeitos foram compensados em parte por (i) menores despesas financeiras em Ivaí, impactada pelo menor IPCA acumulado no período, (ii) contabilização da receita de correção monetária e de operação e manutenção de Paraguaçu e Aimorés, uma vez que entraram em operação em 2022, e (iii) alteração do regime tributário da ETAU de lucro real para lucro presumido.

4.13. Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória no 4T22 totalizou R\$ 77,7 MM, 199,4% maior que o registrado no 4T21. No ano de 2022, a Equivalência Patrimonial Regulatória fechou em R\$ 222,6 MM, 70,9% maior que o registrado em 2021.

Equivalência Patrimonial - Regulatório

| R\$ MM | 4T22 | 4T21 | Var.% | 2022 | 2021 | Var.% |
|---------------------------------------|-------------|-------------|---------------|--------------|--------------|--------------|
| ETAU | 4,4 | 3,7 | 18,2% | 12,5 | 20,6 | -39,5% |
| TBE | 76,0 | 64,1 | 18,7% | 302,1 | 251,5 | 20,1% |
| Aimorés | 7,0 | (0,0) | - | 15,3 | (0,2) | - |
| Paraguaçu | 8,7 | (0,1) | - | 11,2 | (0,4) | - |
| Ivaí | (4,8) | (28,1) | -82,8% | (63,8) | (86,6) | -26,3% |
| Resultado das Controladas | 91,4 | 39,6 | 130,7% | 277,2 | 184,8 | 50,0% |
| Amortização do ágio - TBE | (13,6) | (13,6) | 0,0% | (54,6) | (54,6) | 0,0% |
| Total Equivalência Patrimonial | 77,7 | 26,0 | 199,4% | 222,6 | 130,2 | 70,9% |

Nota: A gestão operacional das concessões Transirapé, Transudeste e Transleste (em conjunto, "Transmineiras") passou a ser realizada pelo grupo TBE. A partir do 2T22 os resultados das Transmineiras foram incorporados ao resultado da TBE. Para fins de comparação, os respectivos trimestres do ano anterior também sofreram este ajuste proforma.

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória no 4T22 apresentou um aumento de R\$ 51,8 MM na comparação anual, explicado pela (i) entrada em operação de ESTE (TBE), Ivaí (parcial), Paraguaçu e Aimorés, (ii) reajuste inflacionário do ciclo da RAP 2022-2023 (10,72% em IGP-M e 11,73% em IPCA), e (iii) menores despesas financeiras na concessão de Ivaí em função do menor IPCA. Estes efeitos foram compensados em parte pelas maiores despesas financeiras da TBE, motivado pelas novas captações no grupo e aumento do CDI no período.

A diferença entre o Resultado de Equivalência Patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí, Transmineiras e TBE é devido à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

4.14. Resultado Financeiro Líquido

A despesa financeira líquida IFRS totalizou R\$ 163,0 MM no 4T22, 27,1% menor que o registrado no 4T21. Já a despesa financeira líquida regulatória totalizou R\$ 162,9 MM, 26,9% menor na comparação anual.

No ano de 2022 a despesa financeira líquida IFRS fechou em R\$ 737,6 MM, apresentando uma redução de 9,0% contra 2021. A despesa financeira líquida regulatória alcançou R\$ 738,9 MM, 8,5% menor que o ano de 2021.

Resultado Financeiro IFRS

| R\$ MM | 4T22 | 4T21 | Var.% | 2022 | 2021 | Var.% |
|--------------------------------------|----------------|----------------|---------------|----------------|----------------|---------------|
| Receitas Financeiras | 40,4 | 14,0 | 187,7% | 165,0 | 34,3 | 381,3% |
| Renda de aplicação financeira | 40,4 | 14,0 | 187,7% | 165,0 | 34,3 | 381,3% |
| Despesas Financeiras | (203,4) | (237,6) | -14,4% | (902,6) | (844,4) | 6,9% |
| Juros incorridos | (146,0) | (124,7) | 17,1% | (620,0) | (420,1) | 47,6% |
| Variações monetárias e cambiais | (58,3) | (113,5) | -48,6% | (246,2) | (410,0) | -40,0% |
| Ajuste ao valor justo | 0,0 | (0,0) | n/a | (11,2) | (0,0) | n/a |
| Arrendamento | (0,1) | (0,5) | -72,9% | (0,9) | (2,6) | -64,2% |
| Outras despesas/receitas financeiras | 1,0 | 1,2 | -12,8% | (24,2) | (11,6) | 108,9% |
| Total IFRS | (163,0) | (223,5) | -27,1% | (737,6) | (810,1) | -9,0% |

O aumento anual de R\$ 26,4 MM nas Receitas Financeiras ocorreu em função de aumento no volume de caixa aplicado, decorrente da 11ª e 12ª emissões de debêntures da Taesa no valor total de R\$ 2.050 MM, e do aumento do CDI (3,20% no 4T22 x 1,82% no 4T21), parcialmente compensado pela amortização da 9ª emissão de debêntures.

O crescimento de 17,1% na linha de juros incorridos se deve, basicamente, ao aumento do volume médio da dívida causado pelas 11ª e 12ª emissões de debêntures e pelo aumento do CDI entre os períodos comparados, parcialmente compensado pela amortização da 9ª emissão de debêntures da Companhia.

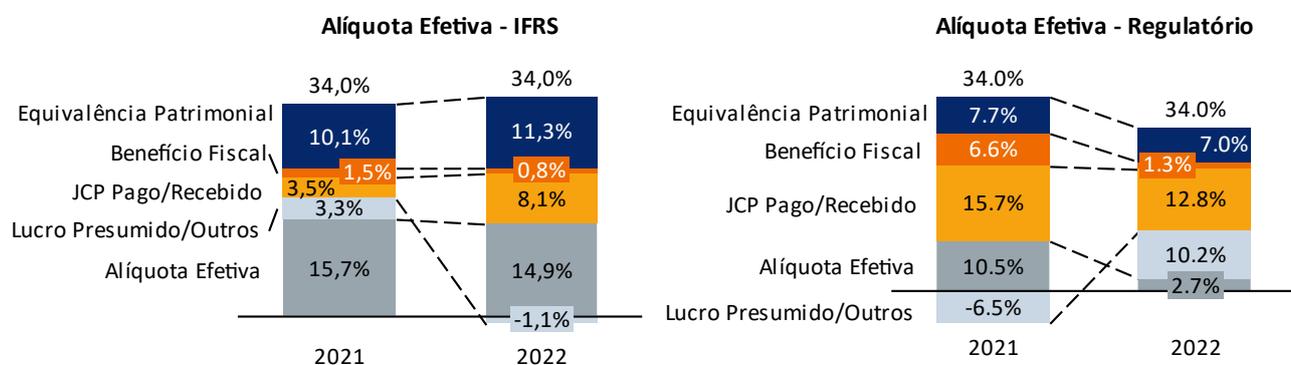
A redução anual de R\$ 55,2 MM na linha de variações monetárias e cambiais é explicada pela contração do IPCA registrado na comparação anual (1,63% 4T22 x 2,96% 4T21).

4.15. Impostos

A redução de 11,9% do Imposto de Renda e Contribuição Social em IFRS reconhecido no resultado entre o 4T22 e 4T21 é explicada basicamente pela queda no lucro antes dos impostos e o reconhecimento contábil da mudança de regime tributário da concessão de Miracema de lucro presumido para lucro real. Estes efeitos foram compensados em parte pelo reconhecimento contábil da mudança de regime tributário da Brasnorte de lucro real para lucro presumido e pelo menor aproveitamento do benefício fiscal SUDAM/SUDENE.

| R\$ MM | IFRS | | | | | |
|---------------------------------------------|---------------|---------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Conciliação Imposto | 4T22 | 4T21 | Var.% | 2022 | 2021 | Var.% |
| Lucro antes do Impostos | 61,0 | 466,4 | -86,9% | 1.703,7 | 2.625,1 | -35,1% |
| IRPJ e CSLL alíquota de 34% | (20,7) | (158,6) | -86,9% | (579,3) | (892,5) | -35,1% |
| Equivalência Patrimonial | 3,4 | 50,2 | -93,2% | 192,1 | 265,7 | -27,7% |
| SUDAM/SUDENE | (9,1) | (21,6) | -57,7% | 14,3 | 38,4 | -62,7% |
| JCP Pago/Recebido | 70,3 | 68,7 | 2,4% | 137,6 | 90,8 | 51,6% |
| Empresas Lucro Presumido | (96,1) | 31,9 | n/a | (33,2) | 108,4 | n/a |
| Outros | 14,0 | (14,0) | n/a | 13,9 | (22,2) | n/a |
| IRPJ e CSLL reconhecido no resultado | (38,2) | (43,4) | -11,9% | (254,5) | (411,4) | -38,1% |
| Alíquota Efetiva | 62,6% | 9,3% | 53,3 pp | 14,9% | 15,7% | -0,7 pp |

| R\$ MM | Regulatório | | | | | |
|---------------------------------------------|---------------|---------------|-----------------|---------------|---------------|----------------|
| Conciliação Imposto | 4T22 | 4T21 | Var.% | 2022 | 2021 | Var.% |
| Lucro antes do Impostos | 307,2 | 181,1 | 69,6% | 1.077,1 | 578,1 | 86,3% |
| IRPJ e CSLL alíquota de 34% | (104,4) | (61,6) | 69,6% | (366,2) | (196,5) | 86,3% |
| Equivalência Patrimonial | 26,4 | 8,8 | 199,4% | 75,7 | 44,3 | 70,9% |
| SUDAM/SUDENE | (9,1) | (21,6) | -57,7% | 14,3 | 38,4 | -62,7% |
| JCP Pago/Recebido | 70,3 | 68,7 | 2,4% | 137,6 | 90,8 | 51,6% |
| Empresas Lucro Presumido | 10,5 | 7,9 | 33,3% | 45,2 | 31,6 | 42,9% |
| Outros | 85,8 | (77,9) | n/a | 64,6 | (69,4) | n/a |
| IRPJ e CSLL reconhecido no resultado | 79,5 | (75,7) | n/a | (28,8) | (60,8) | -52,6% |
| Alíquota Efetiva | -25,9% | 41,8% | -67,7 pp | 2,7% | 10,5% | -7,8 pp |



Resultado do 4º trimestre e ano de 2022

A tabela abaixo mostra o regime fiscal de cada concessão, bem como indica aquelas que possuem benefício fiscal, a data de término do benefício e a alíquota de PIS e COFINS de cada concessão.

| Concessão | Regime Fiscal | Benefício Fiscal | % Área | Fim | PIS | COFINS |
|-------------|---------------|------------------|--------|------|-------|--------|
| TSN | "Real" | "Sudene" | 84% | 2031 | 0,65% | 3,00% |
| Munirah | "Real" | "Sudene" | 84% | 2031 | 0,65% | 3,00% |
| GTESA | "Real" | "Sudene" | 100% | 2031 | 0,65% | 3,00% |
| PATESA | "Real" | "Sudene" | 100% | 2031 | 0,65% | 3,00% |
| NVT | "Real" | "Sudam" | 73% | 2023 | 0,65% | 3,00% |
| ETEO | "Real" | - | - | - | 0,65% | 3,00% |
| NTE | "Real" | - | - | - | 0,65% | 3,00% |
| STE | "Real" | - | - | - | 0,65% | 3,00% |
| ATE I | "Real" | - | - | - | 0,65% | 3,00% |
| ATE II | "Real" | "Sudene" | 85% | 2031 | 1,65% | 7,60% |
| BRASNORTE | "Presumido" | "Sudam" | 100% | 2027 | 1,65% | 7,60% |
| ATE III | "Real" | "Sudam" | 100% | 2027 | 1,65% | 7,60% |
| ETAU | "Presumido" | - | - | - | 0,65% | 3,00% |
| São Gotardo | "Presumido" | - | - | - | 0,65% | 3,00% |
| Mariana | "Presumido" | - | - | - | 0,65% | 3,00% |
| Miracema | "Real" | "Sudam" | 100% | 2029 | 0,65% | 3,00% |
| Janaúba | "Real" | "Sudene" | 100% | 2032 | 1,65% | 7,60% |
| Aimorés | "Real" | "Sudene" | 80% | 2032 | 1,65% | 7,60% |
| Paraguaçu | "Real" | "Sudene" | 100% | 2032 | 1,65% | 7,60% |
| Sant'Ana | "Presumido" | - | - | - | 0,65% | 3,00% |
| São João | "Presumido" | - | - | - | 0,65% | 3,00% |
| São Pedro | "Presumido" | - | - | - | 0,65% | 3,00% |
| Lagoa Nova | "Presumido" | - | - | - | 0,65% | 3,00% |
| Saira | "Presumido" | - | - | - | 0,65% | 3,00% |
| Ananai | "Presumido" | - | - | - | 0,65% | 3,00% |
| Pitiguari | "Presumido" | - | - | - | 0,65% | 3,00% |
| Tangará | "Presumido" | - | - | - | 0,65% | 3,00% |
| EATE | "Real" | "Sudam" | 100% | 2023 | 0,65% | 3,00% |
| ENTE | "Real" | "Sudam" | 100% | 2026 | 0,65% | 3,00% |
| ECTE | "Real" | - | - | - | 0,65% | 3,00% |
| ETEP | "Real" | "Sudam" | 100% | 2025 | 0,65% | 3,00% |
| ERTE | "Presumido" | - | - | - | 0,65% | 3,00% |
| LUMITRANS | "Presumido" | - | - | - | 0,65% | 3,00% |
| EBTE | "Real" | "Sudam" | 100% | 2032 | 1,65% | 7,60% |
| ESDE | "Presumido" | - | - | - | 1,65% | 7,60% |
| STC | "Presumido" | - | - | - | 0,65% | 3,00% |
| ETSE | "Presumido" | - | - | - | 0,65% | 3,00% |
| ESTE | "Real" | "Sudene" | 62% | 2032 | 1,65% | 7,60% |
| Ivaí | "Real" | - | - | - | 1,65% | 7,60% |
| TRANSUDESTE | "Presumido" | - | - | - | 0,65% | 3,00% |
| TRANSLESTE | "Presumido" | - | - | - | 0,65% | 3,00% |
| TRANSIRAPÉ | "Presumido" | - | - | - | 0,65% | 3,00% |
| EDTE | "Real" | "Sudene" | 100% | 2029 | 1,65% | 7,60% |

O benefício fiscal SUDAM/SUDENE tem como base de cálculo o resultado IFRS de cada concessão. Esses benefícios são incentivos fiscais conferidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em atividades diretamente relacionadas à produção na região incentivada e reduzem em 75% o Imposto de Renda devido na exploração das concessões de transmissão.

Regra de incidência de IRPJ e CSLL por regime fiscal

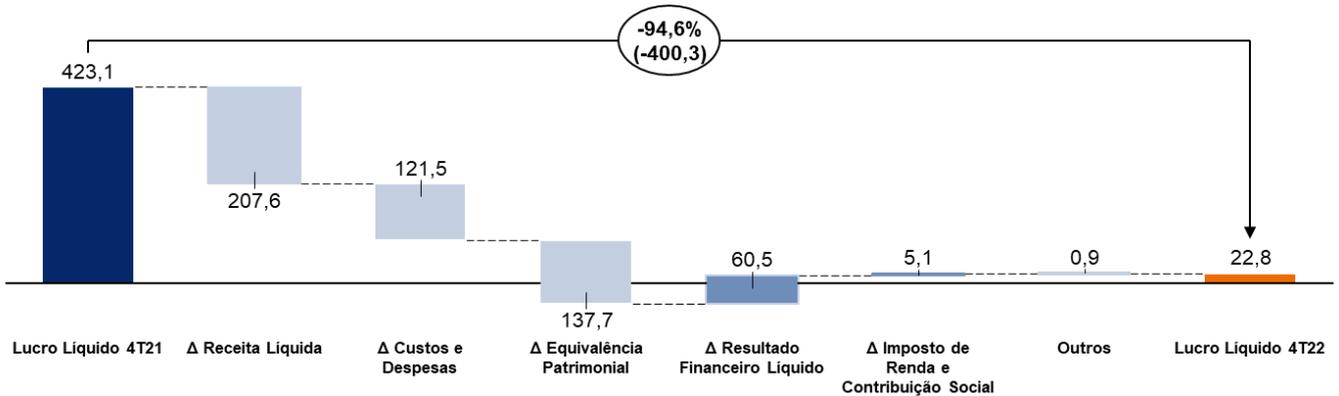
Lucro Real: A empresa deve antecipar os tributos mensalmente, com base no faturamento mensal, sobre o qual aplicam-se percentuais predeterminados, de acordo com o enquadramento das atividades, para obter uma margem de lucro estimada sobre a qual recai o IRPJ e a CSLL. No final do ano, a pessoa jurídica levanta o balanço anual e apura o lucro real do exercício, calculando em definitivo o IRPJ e a CSLL e descontando as antecipações realizadas mensalmente. Eventualmente, as antecipações podem ser superiores aos tributos devidos, ocasionando um crédito em favor do contribuinte.

Lucro Presumido: O IRPJ e a CSLL pelo Lucro Presumido são apurados trimestralmente. A alíquota de cada tributo (IRPJ e CSLL) incide sobre as receitas com base em percentual de presunção variável, dependendo da atividade. No caso da Taesa, as alíquotas de presunção de IRPJ e CSLL são 8% e 12%, respectivamente.

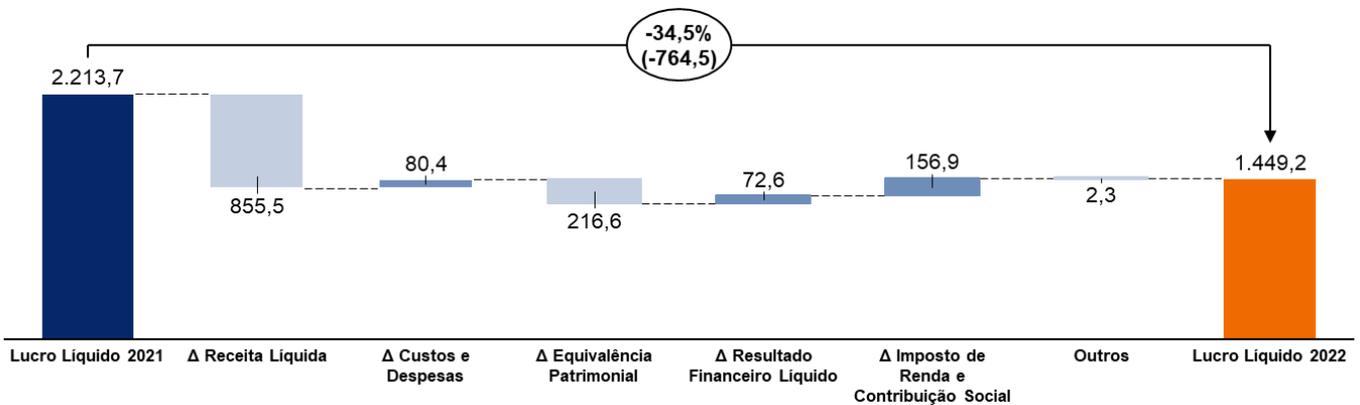
4.16. Lucro Líquido

Lucro Líquido IFRS totalizou R\$ 22,8 MM no 4T22, apresentando uma redução de 94,6% que o registrado no 4T21. No ano de 2022, o Lucro Líquido IFRS fechou em R\$ 1.449,2 MM, 34,5% menor do que o do ano de 2021.

Lucro Líquido IFRS – 4T22:



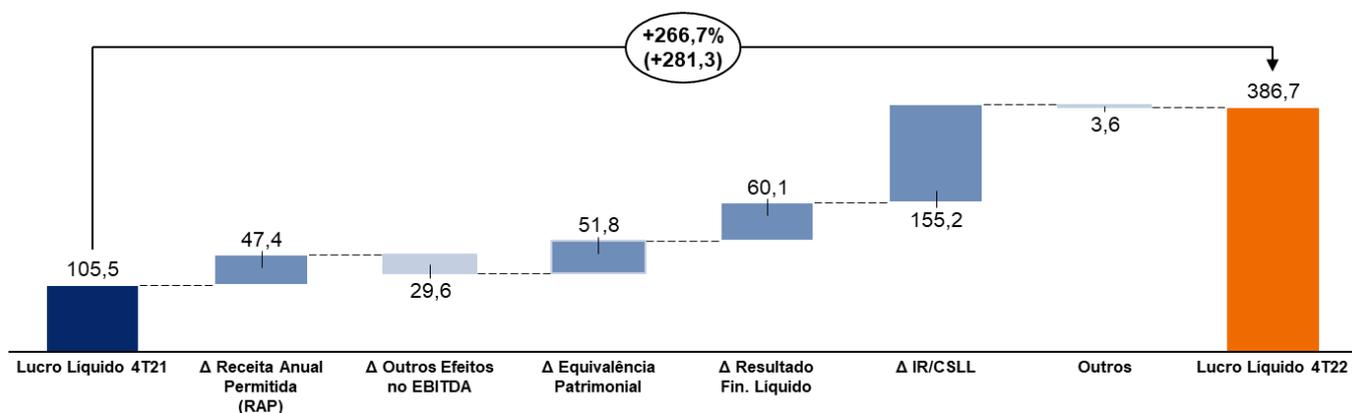
Lucro Líquido IFRS – 2022:



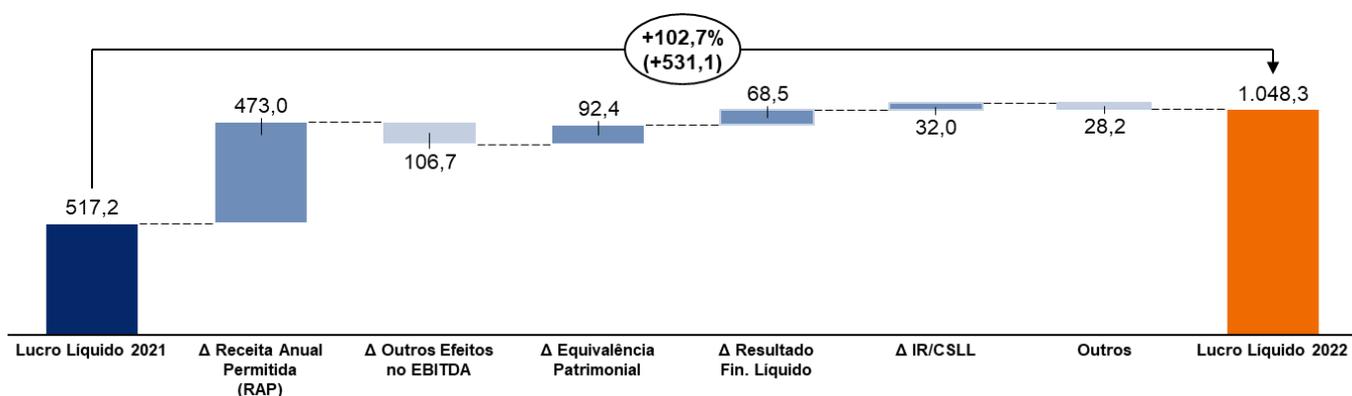
Resultado do 4º trimestre e ano de 2022

Lucro Líquido Regulatório somou R\$ 386,7 MM no 4T22, apresentando um aumento anual de 266,7%. No ano de 2022, o Lucro Líquido Regulatório fechou em R\$ 1.048,3 MM, 102,7% maior do que o ano de 2021.

Lucro Líquido Regulatório – 4T22:



Lucro Líquido Regulatório – 2022:



4.17. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Na data de hoje, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a proposta de destinação do lucro do exercício de 2022, que será submetida para aprovação da Assembleia de Acionistas, da seguinte forma: (i) -R\$ 3,2 MM para reserva de incentivos fiscais; (ii) R\$ 207,6 MM para reserva especial referente à adoção do CPC 47; (iii) R\$ 758,7 MM (R\$ 2,20 / Unit) em proventos pagos ao longo de 2022, sendo R\$ 354,0 MM (R\$ 1,03 / Unit) em dividendos intercalares e R\$ 404,8 MM (R\$ 1,17 / Unit) em Juros sobre Capital Próprio (JCP); (iv) R\$ 460,0 MM (R\$ 1,34 / Unit) em dividendos adicionais pagos em 2023; e (v) R\$ 26,0 MM (R\$ 0,08 / Unit) a serem distribuídos a título de dividendos mínimos obrigatórios remanescentes.

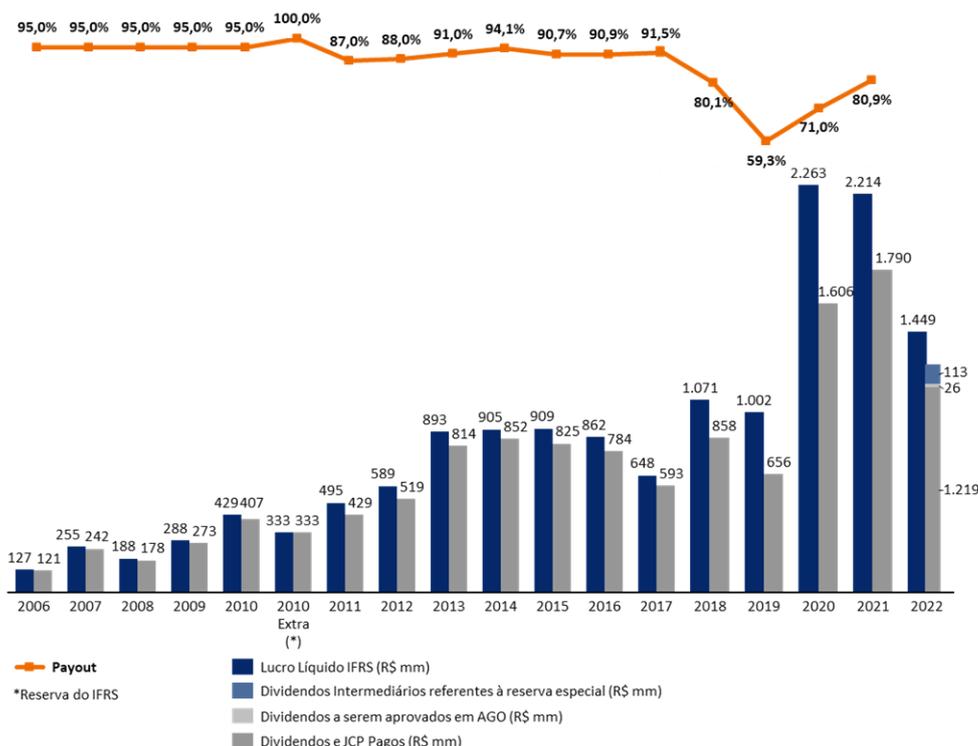
A Taesa convocará a Assembleia de Acionistas para aprovar os resultados do exercício social de 2022 e a sua proposta de destinação. Caso seja aprovada em Assembleia, o total de dividendos e JCP distribuídos referente ao exercício social de 2022 será de R\$ 1.244,8 MM (R\$ 3,61 / Unit), representando um *payout* de 85,9% do lucro líquido do exercício.

No dia 23 de janeiro de 2023, a Taesa pagou o total de R\$ 460,0 MM (R\$ 1,34 / Unit) a título de dividendos intercalares referentes ao exercício de 2022.

No dia 5 de dezembro de 2022, a Taesa pagou o total de R\$ 365,4 MM (R\$ 1,06 / Unit), segregados da seguinte forma: (i) R\$ 45,2 MM (R\$ 0,13 / Unit) a título de dividendos intercalares, (ii) R\$ 113,4 MM (R\$ 0,33 / Unit) a título de dividendos intermediários referente a reserva especial de dividendos não distribuídos, e (iii) R\$ 206,8 MM (R\$ 0,60 / Unit) a título de JCP, com base nas demonstrações financeiras intermediárias de 30 de setembro de 2022.

No dia 26 de agosto de 2022, a Taesa pagou o total de R\$ 506,7 MM (R\$ 1,47 / Unit) segregados da seguinte forma: (i) R\$ 308,8 MM (R\$ 0,90 / Unit) a título de dividendos intercalares, e (ii) R\$ 197,9 MM (R\$ 0,57 / Unit) a título de JCP, ambos com base nas demonstrações financeiras intermediárias de 31 de março de 2022.

No dia 31 de maio de 2022, a Taesa pagou o total de R\$ 800,3 MM (R\$ 2,32 / Unit), sendo R\$ 147,0 MM a título de dividendos mínimos obrigatórios remanescentes de 2021 e R\$ 653,3 MM a título de dividendos adicionais referente à destinação do lucro líquido de 2021. Com isso, o montante total de proventos distribuídos sobre o resultado de 2021 foi de R\$ 1.789,9 MM, registrando um *payout* de 80,9%.



4.18. Endividamento

No 4T22, a Dívida Bruta da Companhia totalizou R\$ 8.195,0 MM, 3,6% menor que o trimestre anterior. O caixa da Companhia ficou em R\$ 1.093,5 MM, registrando uma queda de 30,5% no trimestre e resultando em uma dívida líquida de R\$ 7.101,5 MM, 2,5% maior que o 3T22.

| R\$ MM | | | | | |
|----------------------------|----------------|---------------|----------------|---------------|---------------|
| Dívida Líquida | 4T22 | % Dív Bruta | 3T22 | % Dív Bruta | Var. % |
| Curto Prazo | 634,7 | 7,7% | 706,3 | 8,3% | -10,1% |
| Taxa Fixa | 2,0 | 0,0% | 4,2 | 0,0% | -52,9% |
| CDI | 83,3 | 1,0% | 105,3 | 1,2% | -20,9% |
| IPCA | 549,5 | 6,7% | 596,8 | 7,0% | -7,9% |
| Longo Prazo | 7.560,3 | 92,3% | 7.793,5 | 91,7% | -3,0% |
| Taxa Fixa | 0,0 | 0,0% | 0,0 | 0,0% | -27,3% |
| CDI | 2.367,5 | 28,9% | 2.357,9 | 27,7% | 0,4% |
| IPCA | 5.192,7 | 63,4% | 5.435,6 | 63,9% | -4,5% |
| Endividamento Total | 8.195,0 | 100,0% | 8.499,8 | 100,0% | -3,6% |
| (-) Caixa e Aplicações * | (1.093,5) | | (1.574,5) | | -30,5% |
| (=) Dívida Líquida | 7.101,5 | | 6.925,3 | | 2,5% |

* O valor do caixa é a soma das linhas caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários.

No 4T22 a dívida bruta totalizou R\$ 8.195,0 MM e o caixa R\$ 1.093,5 MM, resultando em uma dívida líquida de R\$ 7.101,5 MM. A dívida bruta apresentou uma queda no trimestre devido à amortização de parte da 3ª emissão de debêntures da Companhia, totalizando um pagamento de R\$ 365,0 MM entre principal e juros.

A redução de 30,5% no Caixa e Aplicações no trimestre é explicada principalmente pelo (i) pagamento de juros e amortização da 3ª emissão de debêntures, (ii) pagamento de dividendos de R\$ 365,4 MM, e (iii) pagamento de juros da 6ª, 8ª, 10ª e 12ª emissões de debêntures, no valor de R\$ 157,9 MM. Estes efeitos foram compensados parcialmente pela geração de caixa operacional, além do aumento de 3,20% do CDI no período.

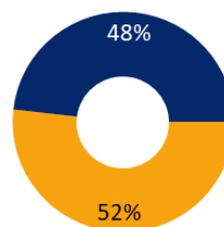
Consolidando proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas, o total da dívida bruta seria de R\$ 10.449,1 MM e o caixa de R\$ 1.364,7 MM, considerando os seguintes valores: (i) dívidas da TBE no montante de R\$ 1.122,4 MM e caixa/aplicações de R\$ 131,1 MM; (ii) dívidas da ETAU no valor de R\$ 1,7 MM e caixa/aplicações de R\$ 14,8 MM; e (iii) dívidas da AIE (Aimorés, Paraguaçu e Ivai) de R\$ 1.130,0 MM e caixa/aplicações de R\$ 125,3 MM.

Considerando a dívida líquida proporcional das empresas controladas em conjunto e coligadas, a relação dívida líquida sobre EBITDA ficou em 3,65x no 4T22, abaixo do valor registrado no 3T22 (3,71x). Desconsiderando o resultado das empresas controladas em conjunto e coligadas, esse indicador seria de 3,77x no 4T22 contra 3,71x registrado no 3T22.

Dívida por Empresa (R\$ MM)

| Empresa | Dívida Bruta R\$ MM | Caixa e Equiv. R\$ MM | Dívida Líquida R\$ MM |
|--------------|------------------------|--------------------------|--------------------------|
| TAESA | 8.195,0 | 1.093,5 | 7.101,5 |
| ETAU (75,6%) | 1,7 | 14,8 | -13,1 |
| TBE (49,99%) | 1.122,4 | 131,1 | 991,2 |
| AIE (50%) | 1.130,0 | 125,3 | 1.004,7 |
| TOTAL | 10.449,1 | 1.364,7 | 9.084,4 |

Estrutura de Capital Taesa (Book Value)



■ Dívida Líquida ■ Patrimônio Líquido

Nota: A gestão operacional das concessões Transirapé, Transudeste e Transeste (em conjunto, "Transmineiras") passou a ser realizada pelo grupo TBE. A partir do 2T22 os resultados das Transmineiras foram incorporados ao resultado da TBE. Para fins de comparação, os respectivos trimestres do ano anterior também sofreram este ajuste proforma.

Resultado do 4º trimestre e ano de 2022

A dívida da Taesa, das investidas em conjunto e coligadas está detalhada na tabela abaixo, proporcionalmente.

| Empresa | Credor | Índice | Principal (R\$ / mil) | Juros (R\$ / mil) | Custo | Rating da Emissão | Data Final | Amortização | Cupons por Ano |
|-----------------------------------|-------------------------------------------|---------|-----------------------|-------------------|---------------------------|-------------------|------------|-------------|----------------|
| Taesa | 3ª Debêntures | IPCA | 640.404 | 6.611 | IPCA + 5,10% | Br.AAA | Out/2024 | Anual | 1 |
| | 4ª Debêntures | IPCA | 337.728 | 4.316 | IPCA + 4,41% | AAA.br | Set/2024 | Anual | 1 |
| | 5ª Debêntures | IPCA | 668.038 | 18.285 | IPCA + 5,9526% | AAA.br | Jul/2025 | Anual | 1 |
| | 6ª Debêntures | CDI | 441.644 | 15.047 | 108% CDI | AAA.br | Mai/2026 | Bullet | 1 |
| | 6ª Debêntures | IPCA | 251.644 | 1.829 | IPCA + 5,50% | AAA.br | Mai/2044 | Semestral | 2 |
| | 7ª Debêntures | IPCA | 602.493 | 93.850 | IPCA + 4,50% | AAA.br | Set/2044 | Semestral | 2 |
| | 8ª Debêntures | IPCA | 371.190 | 862 | IPCA + 4,7742% | AAA.br | Dez/2044 | Semestral | 2 |
| | 10ª Debêntures | CDI | 645.566 | 12.063 | CDI + 1,70% | - | Mai/2028 | Bullet | 1 |
| | 10ª Debêntures | IPCA | 108.723 | 691 | IPCA + 4,7605% | - | Mai/2036 | Anual | 1 |
| | 11ª Debêntures | CDI | 148.979 | 9.923 | CDI + 1,18% | AAA.br | Mai/2025 | Semestral | 2 |
| | 11ª Debêntures | CDI | 648.979 | 43.565 | CDI + 1,36% | AAA.br | Mai/2027 | Semestral | 2 |
| | 12ª Debêntures | IPCA | 623.625 | 7.220 | IPCA + 5,60% | AAA.br | Abri/2029 | Bullet | 1 |
| | 12ª Debêntures | IPCA | 289.172 | 3.529 | IPCA + 5,75% a.a. | AAA.br | Abri/2032 | Anual | 1 |
| | 12ª Debêntures | IPCA | 307.796 | 3.809 | IPCA + 5,85% | AAA.br | Abri/2037 | Anual | 1 |
| | SWAP - Citibank* | CDI | 375.594 | 0 | CDI + 0,65% a.a. | - | Set/2025 | Bullet | 1 |
| | SWAP 1ª Série da 6ª emissão (BR Partners) | CDI | 111.912 | 0 | IPCA + 3,995% a.a. | - | Mai/2026 | Bullet | 1 |
| | SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Santander) | IPCA | 111.911 | 0 | IPCA + 3,99% a.a. | - | Mai/2026 | Bullet | 1 |
| | SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Itaú) | IPCA | 55.983 | 0 | IPCA + 3,94% a.a. | - | Mai/2026 | Bullet | 1 |
| | SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Br Partners) | IPCA | 55.900 | 0 | IPCA + 3,91% a.a. | - | Mai/2026 | Bullet | 1 |
| | SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Santander) | IPCA | 55.318 | 0 | IPCA + 3,66% a.a. | - | Mai/2026 | Bullet | 1 |
| SWAP 1ª Série da 6ª emissão (ABC) | IPCA | 55.212 | 0 | IPCA + 3,59% a.a. | - | Mai/2026 | Bullet | 1 | |
| FINAME | pré-fix | 1.904 | 3 | 3,00% | - | Jun/2023 | Mensal | 12 | |
| FINAME | pré-fix | 90 | 0 | 6,00% | - | Ago/2024 | Mensal | 12 | |
| Janaúba | 1ª Debêntures | IPCA | 243.148 | 5.184 | IPCA + 4,5% a.a. | - | Jul/2033 | Semestral | 2 |
| Janaúba | 2ª Debêntures | IPCA | 759.965 | 1.777 | IPCA + 4,8295% a.a. | - | Dez/2044 | Anual | 1 |
| Lagoa Nova | Financiamento BNB | IPCA | 51.248 | 2.271 | IPCA + 2,109% a.a. | - | Mai/2038 | Mensal | 12 |
| ETAU | BNDES - GIRO | TJLP | 1.726 | 8 | TLP + 2,78% + 1,5% + 1,5% | - | Out/2023 | Mensal | 12 |
| EATE | 7ª Debêntures | CDI | 4.631 | 11 | 112% CDI | - | Jun/2023 | Mensal | 12 |
| | 8ª Debêntures | CDI | 134.821 | 8.799 | 108,60% CDI | - | Jul/2024 | Bullet | 1 |
| | 9ª Debêntures | CDI | 99.759 | 3.435 | CDI + 1,9% | - | Abr/2026 | 4 e 5ª ano | 1 |
| | 10ª Debêntures | CDI | 54.702 | 1.222 | CDI + 1,8% | - | mai/2027 | 4 e 5ª ano | 1 |
| EBTE | 1ª Debentures | CDI | 8.190 | 19 | 112% CDI | - | jun/2023 | Mensal | 12 |
| | 2ª Debentures | CDI | 37.134 | 1.280 | CDI + 1,9% | - | Abr/2026 | 4 e 5ª ano | 1 |
| | 3ª Debentures | CDI | 33.312 | 745 | CDI + 1,8% | - | mai/2027 | 4 e 5ª ano | 1 |
| EDTE | 2ª Debêntures | IPCA | 154.294 | 42.255 | IPCA + 5,29% | - | Dez/2028 | Semestral | 2 |
| ECTE | 5ª Debêntures | CDI | 9.530 | 622 | 108,60% CDI | - | Jul/2024 | Bullet | 1 |
| | CCB Santander | CDI | 12.865 | 162 | 2,90% a.a. + CDI | - | Jul/2025 | Mensal | 12 |
| | 6ª Debêntures | CDI | 9.518 | 328 | CDI + 1,9% | - | Abr/2026 | 4 e 5ª ano | 1 |
| | 7ª Debêntures | CDI | 11.390 | 255 | CDI + 1,8% | - | mai/2027 | 4 e 5ª ano | 1 |
| ENTE | 4ª Debêntures | CDI | 24.950 | 1.630 | 108,60% CDI | - | Jul/2024 | Bullet | 1 |
| | CCB Santander | CDI | 50.841 | 638 | 2,90% a.a. + CDI | - | Jul/2025 | Mensal | 12 |
| | 5ª Debêntures | CDI | 14.888 | 333 | CDI + 1,8% | - | mai/2027 | 4 e 5ª ano | 1 |
| ETEP | 3ª Debêntures | CDI | 2.752 | 6 | 112% CDI | - | Jun/2023 | Mensal | 12 |
| | CBB Santander | CDI | 45.752 | 574 | TJLP + 2,08% | - | Abr/2027 | Mensal | 12 |
| | 4ª Debêntures | CDI | 24.917 | 859 | CDI + 1,9% | - | Abr/2026 | 4 e 5ª ano | 1 |
| | 5ª Debêntures | CDI | 17.376 | 389 | CDI + 1,8% | - | mai/2027 | 4 e 5ª ano | 1 |
| ESTE | 1ª Debêntures | IPCA | 270.354 | 1.147 | IPCA + 4,5% a.a. | - | Dez/2044 | Semestral | 2 |
| TRANSLESTE | BDMG | pré-fix | 2.880 | 15 | 10% a.a. | - | Mar/2025 | Mensal | 12 |
| | BNB | pré-fix | 823 | 67 | 9,5% a.a. | - | Mar/2025 | Mensal | 12 |
| TRANSIRAPÉ | BDMG | pré-fix | 1.394 | 2 | 3,50% | - | Jan/2024 | Mensal | 12 |
| | BDMG | pré-fix | 1.553 | 79 | 3,5% + TJLP | - | Out/2029 | Mensal | 12 |
| | 3ª Debentures | CDI | 26.921 | 928 | CDI + 1,9% | - | Abr/2026 | 4 e 5ª ano | 1 |
| | BDMG | pré-fix | 976 | 66 | 6,5% + TJLP | - | Abr/2026 | Mensal | 12 |
| IVAÍ | 1ª Debêntures | IPCA | 1.068.816 | 61.183 | IPCA + 4,9982% a.a. | - | Dez/2043 | Semestral | 2 |
| Total | | | 10.091.229 | 357.890 | | | | | |

* A dívida foi captada em USD, indexada a Libor, mas como possui um swap para CDI, foi considerado o valor final da dívida com o saldo do swap.

4.19. Investimentos

Em 2022, a Companhia, suas controladas, investidas em conjunto e coligadas investiram o total de R\$ 519,0 MM contra R\$ 975,9 MM investidos em 2021, referentes aos empreendimentos em construção. A redução de 46,8% entre os períodos comparados se deve aos menores investimentos nos projetos de Ivaí, Janaúba, Sant'Ana e ESTE, principalmente em função do estágio avançado da construção destes empreendimentos, alguns deles já concluídos, compensado em parte por maiores investimentos em Ananaí, Paraguaçu e Aimorés.

Projetos em construção - proporcional à participação da TAESA

| R\$ Mil | Custo de Implementação (Capex) | | | | | | | | | TOTAL |
|--------------|--------------------------------|--------------|---------------|----------------|----------------|----------------|------------------|----------------|----------------|------------------|
| | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | |
| Mariana | 2.619 | 4.751 | 21.181 | 38.106 | 22.797 | 55.083 | 34.592 | - | - | 179.129 |
| Miracema | | - | 1.197 | 41.695 | 115.009 | 110.664 | - | - | - | 268.565 |
| Janaúba | | | - | 10.190 | 30.741 | 116.074 | 655.111 | 162.130 | - | 974.246 |
| Aimorés | | | - | 3.923 | 3.638 | 65.877 | 82.034 | 15.751 | 37.394 | 208.618 |
| Paraguaçu | | | - | 5.750 | 4.611 | 110.848 | 108.966 | 40.506 | 92.716 | 363.396 |
| Ivaí | | | - | 8.662 | 12.740 | 46.190 | 379.137 | 348.458 | 131.194 | 926.382 |
| ESTE | | | - | 868 | 4.546 | 6.243 | 122.486 | 140.757 | 28.481 | 303.380 |
| EDTE | | | | - | 14.635 | 175.155 | 1.837 | - | - | 191.626 |
| Sant'Ana | | | | | - | 32.172 | 151.021 | 268.325 | 118.440 | 569.959 |
| Ananaí | | | | | | | | - | 106.917 | 106.917 |
| Pitiguari | | | | | | | | - | 3.816 | 3.816 |
| Total | 2.619 | 4.751 | 22.378 | 109.195 | 208.716 | 718.306 | 1.535.184 | 975.927 | 518.958 | 4.096.034 |

Obs: Os valores apresentados na tabela acima consideram os custos de implementação de infraestrutura em cada um dos projetos pelo regime de competência, em linha com o resultado em IFRS divulgado pela companhia.

4.20. Projetos em Construção

A Companhia possui atualmente seis empreendimentos em construção com um investimento total ANEEL de R\$ 6.832 MM e uma RAP de R\$ 924,1 MM (ciclo RAP 2022-2023) e reforços relevantes na concessão Novatrans com um investimento total ANEEL de R\$ 262,6 MM e uma RAP de R\$ 45,0 MM (ciclo RAP 2022-2023). Considerando apenas a participação da Taesa nessas concessões, o investimento ANEEL é de R\$ 6.126 MM com uma RAP proporcional de R\$ 769,9 MM.

| Leilões | Empreendimento | Extensão/ Localização | Parceria | RAP (ciclo 2022-23) R\$ MM | Capex ANEEL R\$ MM | Assinatura do Contrato | Prazo de Conclusão ANEEL | Status |
|-----------------------------------------|------------------------|---------------------------------------------------|------------------------------------------------|----------------------------------|-----------------------|---------------------------|--------------------------------|----------------------------|
| Leilão 013/2013 (Dez/13) | Mariana (Lote A) | 82 km / Minas Gerais | 100% Taesa | 20,6 | 107 | mai/14 | mai/17 | Concluído em 25/05/2020 |
| Leilão 013/2015 (Abr/16) | Miracema (Lote P) | 90 km / Tocantins | 100% Taesa | 86,4 | 276 | jun/16 | dez/19 | Concluído em 29/11/2019 |
| | EDTE (Lote M) | 167 km / Bahia | 25% Taesa 25% Apollo 12 50% ENTE | 92,2 | 368 | dez/16 | dez/19 | Concluído em 20/01/2020 |
| Leilão 013/2015 2ª Parte (Out/16) | ESTE (Lote 22) | 236 km / Minas Gerais e Espírito Santo | 50% Taesa 50% Alupar (100% EATE- TBE) | 149,0 | 486 | fev/17 | fev/22 | Concluído em 09/02/2022 |
| | Janaúba (Lote 17) | 545 km / Bahia e Minas Gerais | 100% Taesa | 257,6 | 960 | fev/17 | fev/22 | Concluído em 01/09/2021 |
| | Aimorés (Lote 4) | 208 km / Minas Gerais | 50% Taesa 50% CTEEP | 105,4 | 341 | fev/17 | fev/22 | Concluído em 06/05/2022 |
| | Paraguaçu (Lote 3) | 338 km / Bahia e Minas Gerais | 50% Taesa 50% CTEEP | 157,3 | 510 | fev/17 | fev/22 | Concluído em 27/07/2022 |
| Leilão 005/2016 (Abr/16) | Ivaí (Lote 1) | 593 km / Paraná | 50% Taesa 50% CTEEP | 398,5 | 1.937 | ago/17 | ago/22 | Em andamento |
| Leilão 004/2018 Dez/18 | Sant'Ana (Lote 12) | 591 km / Rio Grande do Sul | 100% Taesa | 77,8 | 610 | mar/19 | mar/23 | Em andamento |
| Leilão 002/2021 Dez/21 | Ananaí (Lote 1) | 363 km / São Paulo e Paraná | 100% Taesa | 159,9 | 1.750 | mar/22 | mar/27 | Em andamento |
| Leilão 001/2022 Jun/22 | Pitiguari (Lote 10) | 93 km / Santa Catarina | 100% Taesa | 19,5 | 243 | mar/22 | mar/27 | Em andamento |
| Leilão 002/2022 Dez/22 | Tangará (Lote 3) | 351 km / Maranhão e Pará | 100% Taesa | 100,7 | 1.117 | mar/23 | mar/28 | Em andamento |
| Leilão 002/2022 Dez/22 | Saíra (Lote 5) | 743 km / Rio Grande do Sul e Santa Catarina | 100% Taesa | 167,7 | 1.175 | mar/23 | mar/28 | Em andamento |
| TOTAL | | 4.408 km | | R\$ 1.792 MM | R\$ 9.880 MM | | | |

Obs: Os valores da RAP apresentados na tabela acima consideram PIS/COFINS.

Status dos Projetos

Janaúba

- Projeto básico aprovado pela ANEEL/ONS para subestações e para as linhas de transmissão.
- Finalizadas as atividades de implementação de traçado / topografia.
- Licença Prévia (LP) emitida em setembro de 2018.
- Contrato de financiamento assinado junto ao BNB em setembro de 2018.
- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDENE em novembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.
- 1ª emissão de debêntures de Janaúba em janeiro de 2019.
- Licença de Instalação (LI) emitida em julho de 2019.
- 2ª emissão de debêntures de Janaúba em dezembro de 2019.
- Energização concluída em 1º de setembro de 2021.
- Emissão do Termo de Liberação Definitiva em 10 de setembro de 2021, com data retroativa a 1º de setembro de 2021.
- Concessão em operação.

ESTE

- Projeto básico protocolado na ANEEL e já aprovado no ONS.
- Licença Prévia (LP) emitida em janeiro de 2019.
- Licença de Instalação (LI) emitida em outubro de 2019.
- 1ª emissão de debêntures da ESTE em dezembro de 2019.
- Emitida a Ordem de Serviço de Campo (OSC) para início dos trabalhos de campo.
- Licença de Operação emitida em 17 de dezembro de 2021.
- Emissão do Termo de Liberação de Receita em 18 de fevereiro de 2022, com data retroativa a 9 de fevereiro de 2022.
- Emissão do Termo de Liberação Definitiva em 13 de março de 2023, com data retroativa a 3 de março de 2023.
- Concessão em operação.

Aimorés

- Projeto básico aprovado pela ANEEL.
- Licença Prévia (LP) emitida em outubro de 2018.
- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDENE em dezembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.
- Licença de Instalação (LI) emitida em abril de 2019.
- Licença de Operação emitida em fevereiro de 2022.
- Emissão do Termo de Liberação Definitiva em 6 de maio de 2022.
- Concessão em operação.

Paraguaçu

- Projeto básico aprovado pela ANEEL.
- Licença Prévia (LP) emitida em outubro de 2018.
- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDENE em dezembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.
- Licença de Instalação (LI) emitida em maio de 2019.
- Emissão do Termo de Liberação Definitiva em 27 de julho de 2022.
- Concessão em operação.

Ivaí

- Projeto básico protocolado na ANEEL.
- Protocolado EIA/RIMA junto ao IAP.
- Licença Prévia (LP) para as instalações de 230 kV emitida em setembro de 2018.
- Alteração da denominação social de Elétricas Reunidas do Brasil S.A. (ERB1) para Interligação Elétrica Ivaí S.A.
- Licença de Instalação (LI) emitida para SE Sarandi de 525/230 kV em abril de 2019, SE Paranaíba Norte - 230/138 kV em maio de 2019, LT 230 kV Sarandi - Paranaíba Norte em junho de 2019, e para SEs de Londrina de 525 kV, Foz do Iguaçu de 525 kV e Guaíba de 525 kV/230 kV e LT 525 kV Sarandi - Londrina em agosto de 2019.
- 1ª emissão de debêntures de Ivaí em janeiro de 2020.
- Emissão dos Termos de Liberação para o corredor de 525kV para as linhas de transmissão LT Foz do Iguaçu – Guaíba, LT Guaíba – Sarandi e LT Sarandi – Londrina, emitidos retroativo a 1º de novembro de 2022.
- Avanço físico: 99% em 31 de dezembro de 2022.

Sant'Ana

- Constituição da empresa Sant'Ana Transmissora de Energia S.A. em janeiro de 2019.
- Assinatura do contrato de concessão em 22 de março de 2019.
- Licenças Prévia e de Instalação (LPI) emitidas para SEs Livramento 3 e Maçambará 3, ambas de 230kV, em outubro de 2019.
- Licenças Prévias (LP) emitidas para todas as linhas de transmissão e para as 3 subestações existentes (SE Alegrete 2, SE Cerro Chato e SE Santa Maria 3) em dezembro de 2019.
- Emitida Licença de Instalação para as linhas de transmissão LT Livramento 3 – Alegrete 2 (C1), LT Livramento 3 – Maçambará 3 (C1), LT Livramento 3 – Cerro Chato (C1), e seccionamentos LT Maçambará – Santo Ângelo (C1/C2), todas com tensão de 230kV, bem como para as ampliações nas subestações existentes de SE 230kV Alegrete 2 e SE 230kV Cerro Chato em abril de 2020.
- Emitida última Licença de Instalação para a linha de transmissão LT 230kV CS Livramento 3 – Santa Maria 3 e para a ampliação das subestações existentes associadas em novembro de 2020.
- Termos de Liberação para as linhas de transmissão LT Livramento 3 – Alegrete 2 e LT Livramento 3 – Cerro Chato e para parte da subestação SE 230 kV Livramento 3 emitidas em 1º de abril de 2022, retroativo a 28 de março de 2022.
- Emissão dos Termos de Liberação para a linha de transmissão LT Livramento 3 – Maçambará 3, para subestação SE Santa Maria 3 e Seccionamento Maçambará – Santo Ângelo em Maçambará 3 C1 em 7 de dezembro de 2022, retroativo a 30 de novembro de 2022.
- Avanço físico: 93% em 31 de dezembro de 2022.

Ananai

- Constituição da empresa Ananai Transmissora de Energia Elétrica S.A. em dezembro de 2021 para construir e operar o Lote 1 do Leilão 002/2021.
- Assinatura do contrato de concessão em 31 de março de 2022.
- Avanço físico: 7,0% em 31 de dezembro de 2022.

Pitiguari

- Constituição da empresa Pitiguari Transmissora de Energia Elétrica S.A. em junho de 2022 para construir e operar o Lote 10 do Leilão 001/2022.
- Assinatura do contrato de concessão em 30 de setembro de 2022.
- Avanço físico: 5% em 31 de dezembro de 2022.

Tangará

- Constituição da empresa Tangará Transmissora de Energia Elétrica S.A. em dezembro de 2022 para construir e operar o Lote 3 do Leilão 002/2022.
- Assinatura do contrato de concessão prevista para 30 de março de 2023.

Sáira

- Constituição da empresa Sáira Transmissora de Energia Elétrica S.A. em dezembro de 2022 para operar e realizar revitalizações do Lote 5 do Leilão 002/2022, conforme previsto no contrato.
- Assinatura do contrato de concessão prevista para 30 de março de 2023.

4.21. Iniciativas Ambiental, Social e de Governança (ASG)

A Taesa nas atividades de implantação, operação e manutenção dos ativos de transmissão de energia elétrica, assim como em seus processos administrativos e de gestão do negócio, considera o tema Sustentabilidade um importante valor a ser cultivado e mantido como parte de sua cultura organizacional, a fim de manter a segurança e confiabilidade de seus processos, bem como a melhoria da qualidade de vida da população, com respeito ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

A Companhia atua em diversas frentes e ações voltadas para o tema socioambiental e de governança, dando publicidade as mesmas em seu relatório de sustentabilidade, que é uma publicação que atende aos requisitos da Aneel e também à demanda de diversas partes interessadas. Buscando sempre a melhoria contínua de seus processos, a Companhia identificou oportunidade de avançar na estratégia de comunicação de suas ações relacionadas aos temas ASG e buscar novas e melhores práticas do mercado.

Para o período, as ações de destaque foram:

- Elaboração do relatório de sustentabilidade com base nas diretrizes do GRI e dos ODS do Pacto Global ONU
- Realização do Processo de Materialidade e definição dos Tópicos Materiais a partir das premissas da GRI
- Elaboração do segundo Inventário de Emissões de GEE conforme metodologia GHG Protocol
- Consolidação do Programa de Diversidade por meio da criação do Comitê e da Política de Diversidade e Inclusão
- Adesão aos Sete Princípios de Empoderamento das Mulheres da ONU Mulheres e associação ao Movimento +Mulher 360
- Disponibilização de painel de indicadores ASG no site de Relações com Investidores
- Manter-se signatária do Pacto Global da ONU comprometido com a Agenda 2030 (ODS)
- Emissão de 6 debêntures verdes
- Certificação Great Place to Work 2021-2022 – 1º lugar no Destaque GPTW Energia 2021 - Segmento Geração, Distribuição e Transmissão pelo 4º ano seguido
- Adesão ao Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção do Instituto Ethos
- Adesão ao Movimento Transparência 100% da Rede Brasil do Pacto Global das Nações Unidas
- Planejamento estratégico de longo prazo da Taesa
- Programa Segurança 100%
- Disciplina financeira associada a remuneração adequada aos acionistas
- Listagem na B3 da TAESA nos índices ICO2 e IGPTW demonstrando o comprometimento no combate a mudanças climáticas e na busca por melhores condições e práticas no ambiente de trabalho

No início de 2021, foi criado o programa de Diversidade e Inclusão composto inicialmente por um plano de 18 ações segregadas em torno de 100 atividades com o objetivo de valorizar, promover e adotar a diversidade e a inclusão. O Programa está dividido em 5 pilares: Empoderamento Feminino, 50+, LGBTQIA+, PCDs e Raça & Etnia.

Em 2022, o Programa segue com diversas ações e a seguir, elencamos algumas delas:

- Atualização do Comitê de Diversidade
- Grupos de Afinidade
- Pesquisa de Viés Inconsciente
- Fóruns de Empoderamento Feminino

- Curso de formação de eletricitistas para mulheres
- Metas de aumento dos indicadores dos 5 pilares (referente aos resultados de 2021)
- Palestras sobre os temas de diversidade
- Curso preparatório para o mercado de trabalho para PCDs
- Livro sobre Diversidade e Inclusão
- Pesquisa de acessibilidade
- Programa de Mentoria
- Treinamento de conscientização sobre o tema violência contra mulher
- Treinamento de conscientização sobre o tema racismo

Para mais informações, acesse o website de RI e o Relatório de Sustentabilidade da Taesa (2021): <https://ri.taesa.com.br/sustentabilidade/visao-geral/#relatorio>

O painel de indicadores ASG está disponível no website de RI: <https://ri.taesa.com.br/sustentabilidade/indicadores-asg/>

4.22. Iniciativas para Mitigar os Impactos da COVID-19

O início de 2020 foi marcado pela pandemia da COVID-19, que afetou todo mundo e também a Taesa. Desde então, a Companhia vem adotando medidas para a proteção, segurança e saúde de seus colaboradores, suas famílias e as comunidades locais, a fim de proteger seu maior ativo – as pessoas – e reduzir a velocidade de disseminação do novo coronavírus no país. Assim, destacamos as principais medidas implementadas até o momento:

Proteção da saúde dos colaboradores

- Adoção de medidas para resguardar nosso maior ativo, as pessoas, e garantir a continuidade das nossas operações;
- Comunicação frequente e atualizada para todos os colaboradores sobre orientações de saúde e higiene;
- Retorno às atividades em modelo híbrido, intercalando presencial com *home office* e mantendo todos os protocolos de segurança e saúde necessários;
- Monitoramento dos empregados com apoio no tratamento de casos suspeitos ou positivos identificados da COVID-19;
- Disponibilização de diversos canais de atendimento para cuidar da saúde física e mental dos colaboradores e de seus familiares;
- Vacinação anual contra a gripe influenza para todos;
- Reforço na comunicação sobre a importância do atendimento às medidas de proteção e cuidado (Campanha “Eu cuido de você e você cuida de mim”);
- Incentivo à imunização completa: 99% dos colaboradores com o esquema primário completo, 98% com a primeira dose de reforço e 59% com a segunda dose de reforço entre os colaboradores a partir de 40 anos.
- Reforço de informações sobre os cuidados preventivos que devem continuar no pós vacina.

Continuidade das operações e dos empreendimentos em construção

- Criação do Comitê de Superação e do Comitê de Gestão de Fornecedores;
- Manutenção das atividades de operação e manutenção de forma a garantir a segurança das pessoas e do sistema elétrico;
- Manutenção dos altos índices de disponibilidade (99,95% em 2022);
- Todas as obras dos empreendimentos em construção estão em andamento; algumas já concluídas;
- Manutenção dos investimentos nos empreendimentos em construção – R\$ 3,0 bilhões investidos entre 2020 e 2022.

Preservação da saúde financeira da Companhia

- Manutenção de posição de liquidez confortável;
- Adequado perfil de dívida com custos baixos e prazos alongados;
- A mais alta nota de risco de crédito junto às agências Moody's e Fitch (AAA na Escala Nacional);
- Consistente geração operacional de caixa, com manutenção dos baixos níveis de inadimplência históricos da Companhia;
- Disciplina financeira associada a remuneração adequada aos acionistas;
- Monitoramento contínuo da inadimplência e dos efeitos da pandemia no setor elétrico.

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

5.1. Receita IFRS por Concessão

A Receita de **Remuneração do Ativo Contratual** é o resultado da multiplicação do saldo do ativo pela Taxa do Projeto. A **Correção Monetária do Ativo Contratual** é o reconhecimento mensal dos efeitos inflacionários. A **Receita de O&M** é um valor anualmente ajustado pela inflação (IGP-M ou IPCA), da mesma forma que a RAP. A **Parcela Variável (PV)** é a penalidade decorrente da indisponibilidade das linhas (ver detalhe na seção 4.1). Todas as contas de receita acima mencionadas são referentes ao período operacional das concessões.

No DRE, a **Remuneração do Ativo Contratual**, a **Correção Monetária do Ativo Contratual**, a **Receita de Implementação de Infraestrutura** e a **Receita de O&M** são contabilizadas na Receita, como mostrado na tabela abaixo.

| Receita IFRS | | | | | |
|--------------|------------------------------|-----------------------------|--------------------------------------------|--------------|---------------|
| R\$ MM | | | | | |
| | | | | | 4T22 |
| Concessão | Remuneração Ativo Contratual | Correção Monetária Ativo C. | Receita de Implementação de Infraestrutura | O&M | PV |
| NOVATRANS | 58,9 | (34,7) | (1,5) | 50,7 | (25,5) |
| TSN | 20,3 | (15,0) | (0,8) | 95,9 | (0,9) |
| MUNIRAH | 1,6 | (1,1) | 0,1 | 6,3 | (1,8) |
| GTESA | 0,8 | (0,7) | - | 0,9 | - |
| PATESA | 2,5 | (2,7) | (0,0) | 2,4 | (0,0) |
| ETEO | 11,3 | (9,6) | - | 19,2 | (0,0) |
| NTE | 14,7 | (8,7) | (0,0) | 15,6 | (0,5) |
| STE | 8,7 | (7,5) | (0,0) | 6,2 | (0,0) |
| ATE | 14,9 | (13,8) | - | 12,0 | - |
| ATE II | 17,9 | (18,4) | 0,4 | 26,9 | (0,0) |
| ATE III | 7,9 | 2,5 | (0,0) | 12,6 | (0,8) |
| ETAU | 2,1 | (3,4) | - | 3,9 | (0,0) |
| BRASNORTE | 6,5 | (12,5) | - | 0,8 | (0,1) |
| SÃO GOTARDO | 0,9 | 0,5 | - | 0,3 | - |
| SÃO JOÃO | 9,9 | (6,5) | - | 2,3 | (0,3) |
| SÃO PEDRO | 10,0 | 1,7 | - | 1,8 | (0,1) |
| LAGOA NOVA | 3,0 | 0,9 | - | 0,5 | 0,6 |
| MARIANA | 6,4 | 18,6 | - | (1,3) | - |
| MIRACEMA | 8,3 | 42,2 | - | 2,7 | (0,0) |
| JANAÚBA | 52,3 | 15,0 | - | 6,1 | (0,5) |
| SANT'ANA | 3,4 | 16,9 | 28,0 | 0,7 | - |
| ANANAÍ | - | - | 83,0 | - | - |
| PITIGUARI | - | - | 4,8 | - | - |
| AIMORÉS | 9,4 | 3,3 | - | 2,0 | - |
| PARAGUAÇÚ | 14,6 | 5,2 | - | 2,4 | (1,4) |
| IVAÍ | - | - | (6,9) | - | - |
| EATE | 17,6 | (24,3) | - | 8,6 | (0,3) |
| EBTE | 4,7 | 2,6 | 4,7 | 2,8 | (1,9) |
| ECTE | 1,4 | (1,9) | - | 0,7 | - |
| EDTE | 8,9 | 2,7 | - | 1,4 | - |
| ENTE | 9,6 | (14,7) | - | 4,4 | (0,0) |
| ERTE | 1,8 | (3,0) | - | 1,6 | (0,0) |
| ESDE | 1,2 | 0,5 | - | 0,4 | (0,0) |
| ESTE | 13,1 | 4,6 | - | 3,1 | - |
| ETEP | 3,6 | (5,0) | - | 2,7 | - |
| ETSE | 0,9 | 0,4 | - | 0,2 | - |
| LUMITRANS | 0,9 | (1,4) | - | 0,6 | - |
| STC | 0,9 | 0,4 | - | 0,9 | (0,0) |
| TRANSIRAPE | 2,1 | (2,3) | (0,4) | 0,9 | (0,0) |
| TRANSLESTE | 3,0 | (2,6) | - | 0,7 | - |
| TRANSUDESTE | 1,6 | (1,8) | - | 0,6 | - |
| Total | 357,7 | (73,5) | 111,3 | 300,7 | (33,5) |

5.2. Movimentação do Ativo Contratual (IFRS)



| Concessão | Taxa Anual ¹ | Ativo Contratual 3T22 | Remuneração Ativo Contratual | Correção Monetária Ativo Contratual | Receita de Implementação de Infraestrutura | O&M | RAP | Ativo Contratual 4T22 |
|---------------------------|-------------------------|-----------------------|------------------------------|-------------------------------------|--------------------------------------------|--------------|----------------|-----------------------|
| NOVATRANS | 10% | 1.711,3 | 58,9 | (34,7) | (1,5) | 50,7 | (148,6) | 1.636,2 |
| TSN | 11% | 854,2 | 20,3 | (15,0) | (0,8) | 95,9 | (152,7) | 802,0 |
| MUNIRAH | 12% | 63,8 | 1,6 | (1,1) | 0,1 | 6,3 | (8,3) | 62,5 |
| GTESA | 11% | 32,2 | 0,8 | (0,7) | - | 0,9 | (2,2) | 31,0 |
| PATESA | 8% | 134,9 | 2,5 | (2,7) | (0,0) | 2,4 | (6,8) | 130,3 |
| ETEO | 10% | 460,4 | 11,3 | (9,6) | - | 19,2 | (40,0) | 441,3 |
| NTE | 15% | 424,3 | 14,7 | (8,7) | (0,0) | 15,6 | (35,1) | 410,8 |
| STE | 10% | 355,9 | 8,7 | (7,5) | (0,0) | 6,2 | (20,0) | 343,2 |
| ATE | 10% | 657,9 | 14,9 | (13,8) | - | 12,0 | (33,8) | 637,2 |
| ATE II | 9% | 881,6 | 17,9 | (18,4) | 0,4 | 26,9 | (53,2) | 855,1 |
| ATE III ¹³ | 7% | 483,2 | 7,9 | 2,5 | (0,0) | 12,6 | (39,9) | 466,3 |
| ETAU ² | 18% | 170,2 | 2,1 | (3,4) | - | 3,9 | (23,2) | 149,6 |
| BRASNORTE ³ | 6% | 242,4 | 6,5 | (12,5) | - | 0,8 | (8,7) | 228,6 |
| SÃO GOTARDO ¹ | 5% | 72,7 | 0,9 | 0,5 | - | 0,3 | (1,7) | 72,6 |
| SÃO JOÃO ¹³ | 6% | 666,2 | 9,9 | (6,5) | - | 2,3 | (15,6) | 656,3 |
| SÃO PEDRO ¹³ | 6% | 620,9 | 10,0 | 1,7 | - | 1,8 | (14,7) | 619,7 |
| LAGOA NOVA ¹³ | 9% | 138,5 | 3,0 | 0,9 | - | 0,5 | (4,0) | 139,0 |
| MARIANA ¹³ | 6% | 237,2 | 6,4 | 18,6 | - | (1,3) | (5,1) | 255,7 |
| MIRACEMA ¹³ | 9% | 646,8 | 8,3 | 42,2 | - | 2,7 | (20,9) | 679,1 |
| JANAÚBA ¹³ | 10% | 2.244,3 | 52,3 | 15,0 | - | 6,1 | (64,4) | 2.253,3 |
| SANT'ANA ¹²³ | 9% | 570,7 | 3,4 | 16,9 | 28,0 | 0,7 | (6,76) | 612,9 |
| ANANAÍ ² | 7% | 70,5 | - | - | 83,0 | - | (0,0) | 153,4 |
| PITIGUARI ² | 5% | 1,1 | - | - | 4,8 | - | (0,0) | 5,8 |
| AIMORÉS ¹²³⁴ | 8% | 496,0 | 9,4 | 3,3 | - | 2,0 | (13,2) | 497,5 |
| PARAGUAÇU ¹²³⁴ | 8% | 781,5 | 14,6 | 5,2 | - | 2,4 | (19,7) | 784,0 |
| IVAÍ ¹²³⁴ | 8% | 1.838,2 | - | - | (6,9) | - | (19,1) | 1.812,2 |
| EATE ³ | 7% | 1.117,6 | 17,6 | (24,3) | - | 8,6 | (49,6) | 1.070,0 |
| EBTE ¹ | 4% | 425,2 | 4,7 | 2,6 | 4,7 | 2,8 | (11,4) | 428,7 |
| ECTE | 6% | 92,3 | 1,4 | (1,9) | - | 0,7 | (4,1) | 88,3 |
| EDTE ¹³ | 9% | 410,8 | 8,9 | 2,7 | - | 1,4 | (11,5) | 412,3 |
| ENTE | 6% | 673,1 | 9,6 | (14,7) | - | 4,4 | (25,5) | 647,0 |
| ERTE | 5% | 141,6 | 1,8 | (3,0) | - | 1,6 | (5,8) | 136,2 |
| ESDE ¹ | 7% | 72,1 | 1,2 | 0,5 | - | 0,4 | (2,1) | 72,0 |
| ESTE ¹³ | 8% | 682,0 | 13,1 | 4,6 | - | 3,1 | (18,6) | 684,2 |
| ETEP | 6% | 237,7 | 3,6 | (5,0) | - | 2,7 | (11,1) | 227,9 |
| ETSE ¹ | 6% | 63,7 | 0,9 | 0,4 | - | 0,2 | (1,6) | 63,7 |
| LUMITRANS | 5% | 71,3 | 0,9 | (1,4) | - | 0,6 | (3,0) | 68,3 |
| STC ¹ | 5% | 72,8 | 0,9 | 0,4 | - | 0,9 | (3,2) | 71,8 |
| TRANSIRAPE ⁵ | 8% | 120,0 | 2,1 | (2,3) | (0,4) | 0,9 | (4,1) | 116,2 |
| TRANSESTE ⁵ | 10% | 120,1 | 3,0 | (2,6) | - | 0,7 | (5,0) | 116,2 |
| TRANSESTE ⁵ | 8% | 82,0 | 1,6 | (1,8) | - | 0,6 | (3,1) | 79,3 |
| Total | | 19.239,1 | 357,7 | (73,5) | 111,3 | 300,7 | (917,3) | 19.018,0 |

¹ As RAPs precisam ser adicionadas de PIS/COFINS

² em construção

³ As taxas de remuneração foram ajustadas com base no Ofício Circular CVM nº 04/2020, que trata dos aspectos relevantes do CPC 47 e CPC 48 para as transmissoras.

⁴ Alteração de metodologia de cálculo do ativo contratual impactou o saldo do ativo contratual da AIE no 1T21

⁵ Alteração no saldo do Ativo Contratual do 4T21 devido ao ajuste na metodologia do cálculo de inclusão da participação da EATE nas Transmineiras/TBE.

5.3. DRE 4T22

| DRE | IFRS | | | Regulatório | | | |
|------------------------------------------------------------|------------------|------------------|-----------------|------------------|------------------|---------------|-------|
| | R\$ mil | 4T22 | 4T21 | Var.% | 4T22 | 4T21 | Var.% |
| RECEITA OPERACIONAL BRUTA | | | | | | | |
| Disponibilização do sistema de transmissão | - | - | - | - | 646.910 | 599.529 | 7,9% |
| Operação e manutenção | 262.806 | 240.521 | 9,3% | - | - | - | |
| Remuneração do ativo contratual de concessão | 260.364 | 234.504 | 11,0% | - | - | - | |
| Correção monetária do ativo contratual de concessão | (32.802) | 233.668 | - | - | - | - | |
| Receita de Implementação de Infraestrutura | 113.925 | 87.681 | 29,9% | - | - | - | |
| Outras receitas operacionais | 8.980 | (13.441) | - | 299 | 293 | 2,0% | |
| Parcela variável | (29.866) | 5.135 | - | (29.866) | 5.135 | - | |
| TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA | 583.407 | 788.069 | -26,0% | 617.343 | 604.957 | 2,0% | |
| PIS e COFINS | (49.982) | (51.634) | -3,2% | (35.160) | (34.620) | 1,6% | |
| ISS | (120) | (207) | -42,0% | (120) | (207) | -42,0% | |
| ICMS | (14) | (37) | -63,0% | (14) | (37) | -63,0% | |
| Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA | (23.935) | (19.233) | 24,4% | (23.935) | (19.233) | 24,4% | |
| Outras deduções | - | - | - | - | - | - | |
| Deduções da receita operacional bruta | (74.050) | (71.111) | 4,1% | (59.229) | (54.096) | 9,5% | |
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | 509.357 | 716.958 | -29,0% | 558.114 | 550.860 | 1,3% | |
| Pessoal | (54.461) | (48.700) | 11,8% | (54.461) | (48.700) | 11,8% | |
| Material | (153.470) | (80.537) | 90,6% | (2.616) | (1.541) | 69,7% | |
| Serviços de terceiros | (24.996) | (28.704) | -12,9% | (24.996) | (28.704) | -12,9% | |
| Outras despesas operacionais | (57.057) | (10.560) | 440,3% | (11.313) | (24.941) | -54,6% | |
| Custos e Despesas | (289.984) | (168.502) | 72,1% | (93.386) | (103.888) | -10,1% | |
| Depreciação e amortização | (5.273) | (6.140) | -14,1% | (72.377) | (68.794) | 5,2% | |
| Custos, Despesas e D&A | (295.257) | (174.642) | 69,1% | (165.762) | (172.681) | -4,0% | |
| Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas | - | - | - | - | - | - | |
| RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO | 214.100 | 542.316 | -60,5% | 392.352 | 378.179 | 3,7% | |
| Resultado de equivalência patrimonial | 9.966 | 147.633 | -93,2% | 77.729 | 25.958 | 199,4% | |
| Renda de aplicação financeira | 40.400 | 14.040 | 187,7% | 40.400 | 14.040 | 187,7% | |
| Despesas financeiras | (203.442) | (237.556) | -14,4% | (203.300) | (237.031) | -14,2% | |
| Empréstimos e financiamentos | (14.109) | (40.530) | -65,2% | (14.109) | (40.530) | -65,2% | |
| - Juros incorridos | (4.926) | (3.340) | 47,5% | (4.926) | (3.340) | 47,5% | |
| - Variações monetárias | - | - | - | - | - | - | |
| - Variação cambial | 12.173 | (34.970) | - | 12.173 | (34.970) | - | |
| - Ajuste ao valor justo | (21.356) | (2.220) | 862,0% | (21.356) | (2.220) | 862,0% | |
| Instrumentos financeiros derivativos | 25.896 | 20.892 | 23,9% | 25.896 | 20.892 | 23,9% | |
| - Juros incorridos | 16.713 | (16.298) | - | 16.713 | (16.298) | - | |
| - Variação cambial | (12.173) | 34.970 | - | (12.173) | 34.970 | - | |
| - Variações monetárias | - | - | - | - | - | - | |
| - Ajuste ao valor justo | 21.356 | 2.220 | 862,0% | 21.356 | 2.220 | 862,0% | |
| Debêntures | (216.127) | (218.586) | -1,1% | (216.127) | (218.586) | -1,1% | |
| - Juros incorridos | (157.805) | (105.042) | 50,2% | (157.805) | (105.042) | 50,2% | |
| - Variações monetárias | (58.322) | (113.544) | -48,6% | (58.322) | (113.544) | -48,6% | |
| - Marcação a Mercado | - | - | - | - | - | - | |
| Despesa Financeira – Arrendamento | (142) | (525) | -72,9% | - | - | - | |
| Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas | 1.040 | 1.192 | -12,8% | 1.040 | 1.192 | -12,8% | |
| Resultado financeiro | (163.042) | (223.515) | -27,1% | (162.900) | (222.991) | -26,9% | |
| RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO | 61.023 | 466.434 | -86,9% | 307.181 | 181.146 | 69,6% | |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | (38.208) | (43.356) | -11,9% | 79.540 | (75.676) | - | |
| RESULTADO DO EXERCÍCIO | 22.816 | 423.077 | -94,6% | 386.721 | 105.470 | 266,7% | |
| EBITDA | 219.373 | 548.457 | -60,0% | 464.729 | 446.973 | 4,0% | |
| Margem EBITDA | 43,1% | 76,5% | -33,4 pp | 83,3% | 81,1% | 2,1 pp | |

5.4. DRE 2022

DRE

| R\$ mil | IFRS | | | Regulatório | | |
|------------------------------------------------------------|------------------|------------------|----------------|------------------|------------------|---------------|
| | 2022 | 2021 | Var.% | 2022 | 2021 | Var.% |
| RECEITA OPERACIONAL BRUTA | | | | | | |
| Disponibilização do sistema de transmissão | - | - | - | 2.512.065 | 2.039.028 | 23,2% |
| Operação e manutenção | 1.008.548 | 826.013 | 22,1% | - | - | - |
| Remuneração do ativo contratual de concessão | 1.047.880 | 807.358 | 29,8% | - | - | - |
| Correção monetária do ativo contratual de concessão | 565.457 | 1.216.276 | -53,5% | - | - | - |
| Receita de Implementação de Infraestrutura | 261.469 | 915.031 | -71,4% | - | - | - |
| Outras receitas operacionais | 46.210 | 23.967 | 92,8% | 1.148 | 1.395 | -17,7% |
| Parcela variável | (60.156) | (20.792) | 189,3% | (60.156) | (20.792) | 189,3% |
| TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA | 2.869.408 | 3.767.853 | -23,8% | 2.453.057 | 2.019.631 | 21,5% |
| PIS e COFINS | (165.118) | (225.269) | -26,7% | (137.102) | (111.957) | 22,5% |
| ISS | (446) | (638) | -30,1% | (446) | (638) | -30,1% |
| ICMS | (35) | (129) | -72,9% | (35) | (129) | -72,9% |
| Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA | (87.292) | (69.767) | 25,1% | (87.292) | (69.767) | 25,1% |
| Outras deduções | - | - | - | - | - | - |
| Deduções da receita operacional bruta | (252.891) | (295.803) | -14,5% | (224.875) | (182.491) | 23,2% |
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | 2.616.516 | 3.472.050 | -24,6% | 2.228.181 | 1.837.140 | 21,3% |
| Pessoal | (210.244) | (183.009) | 14,9% | (210.244) | (183.009) | 14,9% |
| Material | (338.482) | (501.811) | -32,5% | (6.762) | (5.598) | 20,8% |
| Serviços de terceiros | (89.624) | (85.401) | 4,9% | (89.624) | (85.401) | 4,9% |
| Outras despesas operacionais | (76.786) | (25.357) | 202,8% | (39.439) | (47.381) | -16,8% |
| Custos e Despesas | (715.137) | (795.579) | -10,1% | (346.070) | (321.389) | 7,7% |
| Depreciação e amortização | (24.978) | (22.653) | 10,3% | (288.631) | (260.435) | 10,8% |
| Custos, Despesas e D&A | (740.115) | (818.231) | -9,5% | (634.700) | (581.824) | 9,1% |
| Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas | - | - | - | - | - | - |
| RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO | 1.876.402 | 2.653.819 | -29,3% | 1.593.481 | 1.255.316 | 26,9% |
| Resultado de equivalência patrimonial | 564.885 | 781.436 | -27,7% | 222.605 | 130.239 | 70,9% |
| Renda de aplicação financeira | 164.995 | 34.283 | 381,3% | 164.995 | 34.283 | 381,3% |
| Despesas financeiras | (902.551) | (844.392) | 6,9% | (903.941) | (841.760) | 7,4% |
| Empréstimos e financiamentos | 24.177 | (74.230) | - | 24.177 | (74.230) | - |
| - Juros incorridos | (16.294) | (21.100) | -22,8% | (16.294) | (21.100) | -22,8% |
| - Variações monetárias | - | - | 0,0% | - | - | 0,0% |
| - Variação cambial | 43.088 | (44.080) | - | 43.088 | (44.080) | - |
| - Ajuste ao valor justo | (2.617) | (9.049) | -71,1% | (2.617) | (9.049) | -71,1% |
| Instrumentos financeiros derivativos | (49.069) | (5.078) | 866,4% | (49.069) | (5.078) | 866,4% |
| - Juros incorridos | 2.584 | (58.207) | - | 2.584 | (58.207) | - |
| - Variação cambial | (43.088) | 44.080 | - | (43.088) | 44.080 | - |
| - Variações monetárias | - | - | - | - | - | - |
| - Ajuste ao valor justo | (8.566) | 9.049 | - | (8.566) | 9.049 | - |
| Debêntures | (852.478) | (750.852) | 13,5% | (852.478) | (750.852) | 13,5% |
| - Juros incorridos | (606.263) | (340.824) | 77,9% | (606.263) | (340.824) | 77,9% |
| - Variações monetárias | (246.215) | (410.027) | -40,0% | (246.215) | (410.027) | -40,0% |
| - Marcação a mercado | - | - | - | - | - | - |
| Despesa Financeira – Arrendamento | (943) | (2.633) | -64,2% | - | - | - |
| Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas | (24.238) | (11.601) | 108,9% | (26.571) | (11.601) | 129,0% |
| Resultado financeiro | (737.556) | (810.110) | -9,0% | (738.946) | (807.477) | -8,5% |
| RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO | 1.703.731 | 2.625.145 | -35,1% | 1.077.140 | 578.077 | 86,3% |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | (254.516) | (411.431) | -38,1% | (28.818) | (60.843) | -52,6% |
| RESULTADO DO EXERCÍCIO | 1.449.215 | 2.213.714 | -34,5% | 1.048.322 | 517.234 | 102,7% |
| EBITDA | 1.901.380 | 2.676.472 | -29,0% | 1.882.112 | 1.515.751 | 24,2% |
| Margem EBITDA | 72,7% | 77,1% | -4,4 pp | 84,5% | 82,5% | 2,0 pp |

5.5. DRE IFRS 4T22 (Subsidiárias)

DRE IFRS

| R\$ mil | ETAU | TBE | Aimorés | Paraguaçu | Ivaí |
|------------------------------------------------------------|----------------|-----------------|----------------|----------------|-----------------|
| RECEITA OPERACIONAL BRUTA | | | | | |
| Operação e manutenção | 3.865 | 29.655 | 2.032 | 2.373 | - |
| Remuneração do ativo contratual de concessão | 2.129 | 71.230 | 9.392 | 14.574 | - |
| Correção monetária do ativo contratual de concessão | (3.398) | (45.845) | 3.330 | 5.222 | - |
| Receita de Implementação de Infraestrutura | - | 4.248 | - | - | (6.915) |
| Outras receitas operacionais | 2.771 | 2.033 | (0) | 0 | 2.575 |
| Parcela variável | (1) | (2.245) | - | (1.361) | - |
| TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA | 5.366 | 59.075 | 14.755 | 20.808 | (4.340) |
| PIS e COFINS | 2.549 | (4.568) | (1.390) | (2.129) | 401 |
| Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA | (350) | (5.452) | (165) | (162) | - |
| Deduções da receita operacional bruta | 2.199 | (10.020) | (1.555) | (2.291) | 401 |
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | 7.565 | 49.055 | 13.200 | 18.517 | (3.938) |
| CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS | | | | | |
| Pessoal | (691) | (7.494) | (248) | (577) | (199) |
| Material | (784) | (5.341) | (14) | (22) | (8.146) |
| Serviços de terceiros | (497) | (7.864) | (251) | (277) | (823) |
| Outras despesas operacionais | (27) | (7.468) | (27) | (43) | (24) |
| Custos e Despesas | (2.000) | (28.166) | (540) | (919) | (9.191) |
| Depreciação e amortização | (47) | (607) | (15) | (9) | (29) |
| Custos, Despesas e D&A | (2.047) | (28.773) | (555) | (928) | (9.220) |
| RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO | 5.519 | 20.283 | 12.645 | 17.589 | (13.158) |
| Resultado de equivalência patrimonial | - | - | - | - | - |
| Renda de aplicação financeira | 604 | 3.724 | 881 | 365 | 1.728 |
| Despesas financeiras | (58) | (35.545) | (71) | (71) | (27.128) |
| Resultado financeiro | 547 | (31.821) | 810 | 294 | (25.400) |
| RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO | 6.065 | (11.538) | 13.455 | 17.883 | (38.558) |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | 74 | 20.511 | (4.572) | (6.124) | 12.771 |
| RESULTADO DO EXERCÍCIO | 6.139 | 8.973 | 8.882 | 11.760 | (25.787) |
| EBITDA | 5.566 | 20.890 | 12.660 | 17.598 | (13.129) |
| Margem EBITDA | 73,6% | 42,6% | 95,9% | 95,0% | - |

5.6. DRE IFRS 2022 (Subsidiárias)

DRE IFRS

| R\$ mil | ETAU | TBE | Aimorés | Paraguaçu | Ivaí |
|------------------------------------------------------------|----------------|------------------|-----------------|-----------------|------------------|
| RECEITA OPERACIONAL BRUTA | | | | | |
| Operação e manutenção | 14.710 | 110.955 | 5.173 | 3.955 | - |
| Remuneração do ativo contratual de concessão | 8.565 | 278.387 | 25.301 | 24.368 | - |
| Correção monetária do ativo contratual de concessão | 8.734 | 218.876 | 338 | (450) | - |
| Receita de Implementação de Infraestrutura | - | 89.654 | 116.537 | 188.826 | 304.119 |
| Outras receitas operacionais | 9.421 | 15.492 | 223 | 1.268 | 2.575 |
| Parcela variável | (1) | (5.838) | (4.898) | (9.512) | - |
| TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA | 41.428 | 707.526 | 142.674 | 208.455 | 306.694 |
| PIS e COFINS | 907 | (40.802) | (13.442) | (19.417) | (28.369) |
| Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA | (1.359) | (21.368) | (396) | (292) | - |
| Deduções da receita operacional bruta | (453) | (62.169) | (13.838) | (19.708) | (28.369) |
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | 40.976 | 645.356 | 128.836 | 188.747 | 278.325 |
| CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS | | | | | |
| Pessoal | (2.297) | (27.201) | (942) | (1.259) | (794) |
| Material | (1.459) | (36.610) | (27.394) | (62.703) | (131.196) |
| Serviços de terceiros | (2.484) | (22.037) | (658) | (714) | (2.287) |
| Outras despesas operacionais | (28) | (10.561) | (110) | (145) | (94) |
| Custos e despesas | (6.267) | (96.409) | (29.103) | (64.821) | (134.371) |
| Depreciação e amortização | (158) | (2.244) | (59) | (65) | (75) |
| Custos, Despesas e D&A | (6.425) | (98.652) | (29.162) | (64.886) | (134.446) |
| RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO | 34.551 | 546.704 | 99.674 | 123.860 | 143.879 |
| Resultado de equivalência patrimonial | - | - | - | - | - |
| Renda de aplicação financeira | 1.424 | 14.314 | 2.490 | 1.307 | 6.368 |
| Despesas financeiras | (634) | (136.060) | (189) | (184) | (119.264) |
| Resultado financeiro | 790 | (121.745) | 2.301 | 1.125 | (112.896) |
| RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO | 35.341 | 424.959 | 101.975 | 124.985 | 30.983 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | (9.859) | (55.616) | (34.661) | (42.529) | (10.694) |
| RESULTADO DO EXERCÍCIO | 25.481 | 369.343 | 67.315 | 82.456 | 20.289 |
| EBITDA | 34.709 | 548.948 | 99.733 | 123.926 | 143.954 |
| Margem EBITDA | 84,7% | 85,1% | 77,4% | 65,7% | 51,7% |

5.7. DRE Regulatório 4T22 (Subsidiárias)

A diferença entre o resultado de equivalência patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, TBE, Aimorés, Paraguaçu e Ivaí se deve à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

DRE Regulatório

| R\$ mil | ETAU | TBE | Aimorés | Paraguaçu | Ivaí |
|------------------------------------------------------------|----------------|-----------------|----------------|----------------|-----------------|
| RECEITA OPERACIONAL BRUTA | | | | | |
| Disponibilização do sistema de transmissão | 11.470 | 161.694 | 13.171 | 19.659 | 21.674 |
| Outras receitas operacionais | - | - | - | - | - |
| Parcela variável | - | (2.245) | - | (1.361) | - |
| TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA | 11.470 | 159.448 | 13.171 | 18.298 | 21.674 |
| PIS e COFINS | (500) | (8.044) | (1.249) | (1.912) | (2.005) |
| Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA | (350) | (5.452) | (165) | (162) | - |
| Deduções da receita operacional bruta | (850) | (13.496) | (1.413) | (2.074) | (2.005) |
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | 10.620 | 145.953 | 11.758 | 16.224 | 19.669 |
| CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS | | | | | |
| Pessoal | (691) | (7.494) | (248) | (577) | (199) |
| Material | (47) | (386) | (6) | (8) | (0) |
| Serviços de terceiros | (497) | (7.864) | (251) | (277) | (823) |
| Outras despesas operacionais | (72) | (2.421) | (27) | (43) | (24) |
| Custos e Despesas | (1.308) | (18.165) | (532) | (906) | (1.045) |
| Depreciação e amortização | (874) | (14.241) | (1.367) | (2.298) | (29) |
| Custos, Despesas e D&A | (2.182) | (32.406) | (1.900) | (3.204) | (1.074) |
| RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO | 8.438 | 113.547 | 9.858 | 13.021 | 18.595 |
| Resultado de equivalência patrimonial | - | - | - | - | - |
| Renda de aplicação financeira | 604 | 3.724 | 881 | 365 | 1.728 |
| Despesas financeiras | (56) | (35.545) | (71) | (71) | (27.128) |
| Resultado financeiro | 548 | (31.821) | 810 | 294 | (25.400) |
| RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO | 8.986 | 81.726 | 10.668 | 13.315 | (6.805) |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | (4.574) | (5.708) | (3.633) | (4.570) | 1.973 |
| RESULTADO DO EXERCÍCIO | 4.412 | 76.018 | 7.034 | 8.744 | (4.832) |
| EBITDA | 9.312 | 127.788 | 11.226 | 15.318 | 18.624 |
| Margem EBITDA | 87,7% | 87,6% | 95,5% | 94,4% | 94,7% |

5.8. DRE Regulatório 2022 (Subsidiárias)

A diferença entre o resultado de equivalência patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, TBE, Aimorés, Paraguaçu e Ivaí se deve à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

DRE Regulatório

| R\$ mil | ETAU* | TBE | Aimorés | Paraguaçu | Ivaí |
|------------------------------------------------------------|----------------|------------------|----------------|----------------|------------------|
| RECEITA OPERACIONAL BRUTA | | | | | |
| Disponibilização do sistema de transmissão | 42.533 | 624.212 | 33.747 | 34.033 | 21.674 |
| Outras receitas operacionais | - | - | - | - | - |
| Parcela variável | (1) | (5.838) | (4.898) | (9.512) | - |
| TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA | 42.532 | 618.374 | 28.849 | 24.521 | 21.674 |
| PIS e COFINS | (1.916) | (30.989) | (3.188) | (3.219) | (2.005) |
| Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA | (1.359) | (21.368) | (396) | (292) | - |
| Deduções da receita operacional bruta | (3.275) | (52.357) | (3.584) | (3.510) | (2.005) |
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | 39.257 | 566.017 | 25.265 | 21.010 | 19.669 |
| CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS | | | | | |
| Pessoal | (2.297) | (27.201) | (942) | (1.259) | (794) |
| Material | (81) | (227) | (12) | (11) | (2) |
| Serviços de terceiros | (2.484) | (22.037) | (658) | (714) | (2.287) |
| Outras despesas operacionais | (180) | (4.495) | (110) | (145) | (94) |
| Custos e despesas | (5.042) | (53.960) | (1.722) | (2.129) | (3.176) |
| Depreciação e amortização | (3.507) | (60.384) | (2.756) | (3.116) | (75) |
| Custos, Despesas e D&A | (8.550) | (114.344) | (4.478) | (5.245) | (3.252) |
| RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO | 30.707 | 451.673 | 20.787 | 15.765 | 16.418 |
| Resultado de equivalência patrimonial | - | - | - | - | - |
| Renda de aplicação financeira | 1.424 | 14.314 | 2.490 | 1.307 | 6.368 |
| Despesas financeiras | (627) | (136.060) | (193) | (186) | (119.268) |
| Resultado financeiro | 797 | (121.745) | 2.297 | 1.120 | (112.900) |
| RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO | 31.504 | 329.928 | 23.084 | 16.885 | (96.482) |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | (12.227) | (27.857) | (7.775) | (5.712) | 32.632 |
| RESULTADO DO EXERCÍCIO | 19.277 | 302.071 | 15.309 | 11.173 | (63.850) |
| EBITDA | 34.215 | 512.057 | 23.544 | 18.881 | 16.493 |
| Margem EBITDA | 87,2% | 90,5% | 93,2% | 89,9% | 83,9% |

Nota: A diferença entre o Resultado do Exercício da ETAU e o valor apresentado no Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória (seção 4.13), se deve a um ajuste nos impostos diferidos no valor de R\$ 6,79 MM referentes ao exercício de 2021, registrados na equivalência patrimonial da Taesa no 1T22.

5.9. Reconciliação do EBITDA

A reconciliação do EBITDA exclui o impacto ocasionado pela equivalência patrimonial no resultado da Companhia.

Reconciliação EBITDA IFRS

| R\$ MM | 4T22 | 4T21 | Var.% | 2022 | 2021 | Var.% |
|----------------------------------------|--------------|--------------|-----------------|----------------|----------------|----------------|
| Lucro Líquido | 22,8 | 423,1 | -94,6% | 1.449,2 | 2.213,7 | -34,5% |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | 38,2 | 43,4 | -11,9% | 254,5 | 411,4 | -38,1% |
| Despesas Financeiras Líquidas | 163,0 | 223,5 | -27,1% | 737,6 | 810,1 | -9,0% |
| Depreciação e Amortização | 5,3 | 6,1 | -14,1% | 25,0 | 22,7 | 10,3% |
| Resultado de Equivalência Patrimonial | (10,0) | (147,6) | -93,2% | (564,9) | (781,4) | -27,7% |
| EBITDA | 219,4 | 548,5 | -60,0% | 1.901,4 | 2.676,5 | -29,0% |
| Margem EBITDA | 43,1% | 76,5% | -33,4 pp | 72,7% | 77,1% | -4,4 pp |

Reconciliação EBITDA Regulatório

| R\$ MM | 4T22 | 4T21 | Var.% | 2022 | 2021 | Var.% |
|----------------------------------------|--------------|--------------|---------------|----------------|----------------|---------------|
| Lucro Líquido | 386,7 | 105,5 | 266,7% | 1.048,3 | 517,2 | 102,7% |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | (79,5) | 75,7 | -205,1% | 28,8 | 60,8 | -52,6% |
| Despesas Financeiras Líquidas | 162,9 | 223,0 | -26,9% | 738,9 | 807,5 | -8,5% |
| Depreciação e Amortização | 72,4 | 68,8 | 5,2% | 288,6 | 260,4 | 10,8% |
| Resultado de Equivalência Patrimonial | (77,7) | (26,0) | 199,4% | (222,6) | (130,2) | 70,9% |
| EBITDA | 464,7 | 447,0 | 4,0% | 1.882,1 | 1.515,8 | 24,2% |
| Margem EBITDA | 83,3% | 81,1% | 2,1 pp | 84,5% | 82,5% | 2,0 pp |

5.10. Balanço Patrimonial

| Balanço Patrimonial | 4T22 | | 4T22 |
|--------------------------------------------------------------|-------------------|------------------|------------------|
| | R\$ mil | IFRS | Regulatório |
| Ativos | | | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 759.628 | - | 759.628 |
| Títulos e Valores Mobiliários | - | - | - |
| Clientes | 131.587 | - | 131.587 |
| Ativo contratual de concessão | 828.059 | 828.059 | - |
| Impostos e contribuições sociais | 224.266 | - | 224.266 |
| Cauções e depósitos vinculados | - | - | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | - | - | - |
| Dividendos e JCP a receber | 227.643 | - | 227.643 |
| Estoque | 8.169 | - | 8.169 |
| Outras contas a receber | 33.089 | - | 33.089 |
| Total do Ativo Circulante | 2.212.441 | 828.059 | 1.384.382 |
| Títulos e Valores Mobiliários - Não circulante | 5.508 | - | 5.508 |
| Ativo contratual de concessão | 4.521.653 | 4.521.653 | - |
| Tributos Diferidos | - | - | - |
| Impostos e Contribuições Diferidos | - | - | - |
| Impostos e contribuições sociais | - | - | - |
| Investimentos | 7.848.205 | 3.764.433 | 4.083.772 |
| Clientes | 27.181 | - | 27.181 |
| Depósitos judiciais | 41.405 | - | 41.405 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 1.149 | - | 1.149 |
| Outras contas a receber | 24.754 | - | 24.754 |
| Imobilizado | 197.522 | (2.916.898) | 3.114.420 |
| Intangível | 136.920 | (88.928) | 225.848 |
| Direito de uso | 4.184 | 4.184 | - |
| Total do Ativo Não Circulante | 12.808.481 | 5.284.444 | 7.524.037 |
| Total do Ativo | 15.020.922 | 6.112.503 | 8.908.419 |
| Passivos | | | |
| Fornecedores | 72.161 | - | 72.161 |
| Impostos e contribuições sociais | 18.027 | - | 18.027 |
| Empréstimos e financiamentos | 6.446 | - | 6.446 |
| Debêntures | 607.452 | - | 607.452 |
| Passivo de arrendamento | 2.472 | 2.472 | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | - | - | - |
| Dividendos e JCP a pagar | 26.105 | - | 26.105 |
| Taxas regulamentares | 52.800 | - | 52.800 |
| Outras contas a pagar | 70.741 | - | 70.741 |
| Total do Passivo Circulante | 856.204 | 2.472 | 853.732 |
| Empréstimos e financiamentos | 372.293 | - | 372.293 |
| Debêntures | 6.100.129 | - | 6.100.129 |
| Passivo de arrendamento | 3.014 | 3.014 | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | 46.237 | - | 46.237 |
| Impostos e contribuições diferidos | 769.022 | 714.183 | 54.839 |
| Tributos diferidos | 260.866 | 260.866 | - |
| Provisão para contingências | 35.261 | - | 35.261 |
| Provisão para desmobilização de ativos | 33 | 33 | - |
| Obrigações especiais | - | (20.236) | 20.236 |
| Fornecedores | - | - | - |
| Outras contas a pagar | 7.387 | - | 7.387 |
| Total do Passivo Não Circulante | 7.594.242 | 957.860 | 6.636.382 |
| Total do Passivo | 8.450.446 | 960.332 | 7.490.114 |
| Patrimônio Líquido | | | |
| Capital social realizado | - | - | 3.042.035 |
| Reserva de capital | 4.229 | 4.229 | 594.507 |
| Reserva de lucros | - | - | 2.459.295 |
| Dividendos adicionais propostos | - | - | 460.000 |
| Ajuste de avaliação patrimonial | - | - | 10.410 |
| Reserva AFAC | - | - | - |
| Dividendos Intercalares e Juros sobre Capital Próprio | - | - | - |
| Lucros (prejuízos) acumulados | 5.147.942 | 5.147.942 | (5.147.942) |
| Resultado do período | - | - | - |
| Atribuído a participação dos acionistas controladores | 5.152.171 | 5.152.171 | 1.418.305 |
| Participação de acionistas não controladores | - | - | - |
| Total do Patrimônio Líquido | 5.152.171 | 5.152.171 | 1.418.305 |
| Total do Passivo e do Patrimônio Líquido | 13.602.617 | 6.112.503 | 8.908.419 |

5.11. Fluxo de Caixa IFRS

| R\$ mil | 2022 |
|---------------------------------------------------------------------|------------------|
| | IFRS |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | |
| Resultado do período | 1.449.215 |
| <i>Itens de resultado que não afetam o caixa:</i> | |
| Resultado de equivalência patrimonial | (924.708) |
| Depreciação e amortização | 15.332 |
| Amortização de direito de uso | 7.854 |
| Provisões (Reversões) fiscais, trabalhistas e civeis | 9.486 |
| Provisão (Reversão) para compensação ambiental | - |
| Receita de aplicações financeiras | (602) |
| Custo implementação - provisão fornecedores | 2.111 |
| Juros, var monet e cambiais liq e mtm sobre emprest e Financ | (29.262) |
| Juros e variações monetárias sobre debêntures | 742.786 |
| Juros passivo de arrendamento | 841 |
| Ganho (Perda) Instrumentos financeiros derivativos | 49.070 |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | 12.401 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 68.084 |
| Tributos diferidos | (8.394) |
| Remuneração do ativo contratual de concessão | (608.415) |
| Correção monetária do ativo contratual de concessão | (289.581) |
| Receita de Implementação de Infraestrutura | (4.951) |
| Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas | - |
| Receita de atualização monetária de depósitos judiciais | (6.287) |
| Despesa de atualização monetária de contingências | 6.609 |
| Provisão contrato oneroso | 47.864 |
| Provisão (Reversão) para parcela variável | 26.587 |
| | 566.040 |
| <i>Variações nos ativos e passivos:</i> | |
| (Aumento) Redução no saldo de clientes | (28.734) |
| (Aumento) Redução no saldo de ativo financeiro | - |
| (Aumento) Redução no saldo do ativo contratual de concessão | - |
| (Aumento) Redução no saldo de imp e contr sociais líquidos | 929.654 |
| (Aumento) Redução no saldo de imp e contrib diferidos | (54.882) |
| (Aumento) Redução no saldo de tributos diferidos | - |
| (Aumento) Redução no saldo de outros créditos | 1.897 |
| Aumento (Redução) no saldo de fornecedores | (229.203) |
| Aumento (Redução) no saldo de taxas regulamentares | 10.389 |
| Aumento (Redução) no saldo de outras contas a pagar | (13.222) |
| Dividendos recebidos das controladas | - |
| Dividendos e JCP recebidos das control em conjunto e colig | 395.883 |
| | 1.011.782 |
| Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais | 1.577.822 |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (77.344) |
| Caixa liq. gerado (aplicado) pelas atividades operacionais | 1.500.478 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimentos | |
| (Aumento) Redução no saldo de TVM e outros investimentos | 804 |
| (Adições) Baixas no imobilizado e intangível | (178.512) |
| (Adições) baixas no investimento | - |
| Aquisição de controladas | - |
| Aquisição de controladas, liquido do caixa adquirido | - |
| Aquisição de controladas em conjunto | - |
| Aquisição de coligadas | - |
| Aumento de capital em controladas | (244.700) |
| Aumento de capital em controladas em conjunto | (133.500) |
| Aumento de capital em coligadas | - |
| Aumento de capital de empresas ligadas | - |
| Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas | - |
| Caixa liq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos | (555.908) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | |
| Captação de empréstimos e financiamentos | 362.600 |
| Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal | (517.157) |
| Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros | (7.163) |
| Captação de debêntures | 1.999.496 |
| Pagamento de debêntures - principal | (767.011) |
| Pagamento de debêntures - juros | (435.363) |
| Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros | (25.022) |
| Recebimento (pagamento) na liquidação de instrumentos financ | 176.367 |
| Pagamento de passivo de arrendamento | (10.911) |
| Aquisição de Participação de Controlada | - |
| Pagamento de dividendos e JCP | (1.672.384) |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | - |
| Aumento de capital | - |
| Outros | - |
| Caixa liq. aplicado (gerado) nas atividades de financiamento | (896.548) |
| Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa | 48.022 |
| Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa | 384.824 |
| Saldo final do caixa e equivalentes de caixa | 1.083.174 |
| Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa | 698.350 |

5.12. Fluxo de Caixa Regulatório

| R\$ mil | 2022 |
|---------------------------------------------------------------------|------------------|
| | Regulatório |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | |
| Resultado do período | 1.048.322 |
| <i>Itens de resultado que não afetam o caixa:</i> | |
| Resultado de equivalência patrimonial | (521.954) |
| Depreciação e amortização | 181.904 |
| Amortização de direito de uso | - |
| Provisões (Reversões) fiscais, trabalhistas e cíveis | 9.486 |
| Provisão (Reversão) para compensação ambiental | - |
| Receita de aplicações financeiras | (602) |
| Custo Implementação - provisão fornecedores | - |
| Juros, var monet e cambiais liq e mtm sobre emprest e Financ | (29.262) |
| Juros e variações monetárias sobre debêntures | 742.786 |
| Juros passivo de arrendamento | - |
| Ganho (Perda) Instrumentos financeiros derivativos | 49.070 |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | 12.401 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (39.760) |
| Tributos diferidos | - |
| Remuneração do ativo contratual de concessão | - |
| Correção monetária do ativo contratual de concessão | - |
| Receita de Implementação de Infraestrutura | - |
| Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas | - |
| Receita de atualização monetária de depósitos judiciais | (6.287) |
| Despesa de atualização monetária de contingências | 6.609 |
| Provisão contrato oneroso | - |
| Provisão (Reversão) para parcela variável | 26.587 |
| | 1.479.300 |
| <i>Variações nos ativos e passivos:</i> | |
| (Aumento) Redução no saldo de clientes | (28.734) |
| (Aumento) Redução no saldo de ativo financeiro | - |
| (Aumento) Redução no saldo do ativo contratual de concessão | - |
| (Aumento) Redução no saldo de imp e contr sociais líquidos | (54.882) |
| (Aumento) Redução no saldo de imp e contrib diferidos | - |
| (Aumento) Redução no saldo de tributos diferidos | - |
| (Aumento) Redução no saldo de outros créditos | 9.579 |
| Aumento (Redução) no saldo de fornecedores | 28.459 |
| Aumento (Redução) no saldo de taxas regulamentares | 8.592 |
| Aumento (Redução) no saldo de outras contas a pagar | (13.161) |
| Dividendos recebidos das controladas | - |
| Dividendos e JCP recebidos das control em conjunto e colig | 395.883 |
| | 345.736 |
| Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais | 1.825.036 |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (77.344) |
| Caixa liq. gerado (aplicado) pelas atividades operacionais | 1.747.692 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimentos | |
| (Aumento) Redução no saldo de TVM e outros investimentos | - |
| (Adições) Baixas no imobilizado e intangível | (222.918) |
| (Adições) baixas no investimento | - |
| Aquisição de controladas | - |
| Aquisição de controladas, líquido do caixa adquirido | - |
| Aquisição de controladas em conjunto | - |
| Aquisição de coligadas | - |
| Aumento de capital em controladas | (244.700) |
| Aumento de capital em controladas em conjunto | (133.500) |
| Aumento de capital em coligadas | - |
| Aumento de capital de empresas ligadas | - |
| Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas | - |
| Caixa liq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos | (601.118) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | |
| Captação de empréstimos e financiamentos | 362.600 |
| Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal | (517.157) |
| Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros | (7.163) |
| Captação de debêntures | 1.999.496 |
| Pagamento de debêntures - principal | (767.011) |
| Pagamento de debêntures - juros | (435.363) |
| Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros | (25.022) |
| Recebimento (pagamento) na liquidação de instrumentos financ | 176.367 |
| Pagamento de passivo de arrendamento | - |
| Aquisição de Participação de Controlada | - |
| Pagamento de dividendos e JCP | (1.672.384) |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | - |
| Aumento de capital | - |
| Outros | - |
| Caixa liq. aplicado (gerado) nas atividades de financiamento | (885.637) |
| Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa | 260.937 |
| Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa | 384.824 |
| Saldo final do caixa e equivalentes de caixa | 1.083.174 |
| Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa | 698.350 |

Aviso Legal

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelas normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A ANEEL, enquanto órgão regulador, tem poderes para regular as concessões.

As afirmações contidas neste documento relacionadas a perspectivas sobre os negócios, projeções sobre resultados operacionais e financeiros e aquelas relacionadas a perspectivas de crescimento da Taesa são meramente projeções e, como tais, baseadas exclusivamente nas expectativas da diretoria sobre o futuro dos negócios. Essas expectativas dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, do desempenho da economia brasileira, do setor e dos mercados internacionais e, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.

EBITDA:

O EBITDA é o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação, amortização e receitas. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS, não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como lucro líquido alternativo. O EBITDA apresentado é utilizado pela Taesa para medir seu próprio desempenho. A Taesa entende que alguns investidores e analistas financeiros usam o EBITDA como um indicador de seu desempenho operacional.

Dívida líquida:

A “dívida líquida” não é reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS, não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados. A dívida líquida apresentada é utilizada pela Taesa para medir seu próprio desempenho. A Taesa entende que alguns investidores e analistas financeiros usam a dívida líquida como um indicador de seu desempenho financeiro.